

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 10

Outubro de 1918

Ano LXX

Director, proprietario e editor — Empreza da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL

pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

EPISÓDIOS DA GUERRA ACTUAL

De como foi conquistado
em vinte anos e perdido em quatro meses
um famoso império colonial

I

O destino da Alemanha deve ser edificado pelo ferro
e pelo sangue.

BISMARCK.

Foi a proliferação extraordinária da raça germânica, revelada pelo incessante desenvolvimento da população do Império, a causa originária da febre de expansão colonial, que nêl se desenvolveu. O exercício colonizadôr tinha precedentes na história política da Alemanha, mas o facto dêles não serem demasiado lisongeiros, pela sua acção fugaz, não havia encaminhado o espírito nacional nessa orientação, anteriormente a 1870.

No decurso do século xvii, Frederico Guilherme, mais conhecido pelo cognome de «Grande Eleitor», promoveu a organização de uma companhia colonial, destinada a explorar o território, então adquirido na costa da Guiné, e para segurança do qual fizêra construir, próximo do Cabo das Três Pontes, uma fortaleza, que recebeu a denominação de «Gross Friedrichsburg». Em 1685, ainda o referido soberano fez ocupar as pequenas ilhas de Arguim, que demoram a cêrca de cinco qui-

lómetros do Cabo Branco. Mas ambas essas possessões desapareceram céleremente das mãos do seu detentor.

Em 1718, os holandeses ocupáram aquêl forte prussiano; em 1721, os franceses apoderáram-se igualmente das referidas ilhas¹. E os sucessores do «Grande Eleitor», que tiveram sempre absorvida a atenção nas guerras metropolitanas, não cuidáram de dar seguimento aos vastos projectos coloniais, que êle havia concebido, havendo decorrido assim mais de dois séculos sem que a Prussia houvesse mostrado ínterêsse por qualquer empresa ultramarina.

Após a guerra de 1870-1871, mas quando ainda as indústrias alemãs não haviam adquirido a desenvolução, que depois assumiram, a atenção dos economistas germanos fixou-se sôbre o desenvolvimento tomado pela emigração, que atingira o elevado número de 210:547 emigrantes, logo ultrapassado, em 1882, em que chegou a 220:000 indivíduos. O facto causou sensação, pela manifesta aversão votada pelos referidos economistas à emigração para países estrangeiros. E sucedia isto exactamente ao tempo em que a atenção das potências europeias se fixáva em Africa, estimuladas pela propaganda, a que haviam dado causa as explorações de Livingstone, de Stanley, de Wissmann, de Serpa Pinto, dos irmãos Capêlos e Ivens, de Cardoso, de Henrique de Carvalho e ainda de sertanejos tão distintos como o foi Silva Porto².

A Alemanha entendeu que a oportunidade era propícia para éla própria marcar logar, igualmente, no ágape que se

¹ A baía de Arguim, cheia de ilhotas e bancos, na costa da Senegambia, foi descoberta, em 1443, por Nuno Tristão, e pertence ainda hoje á França.

² Em 1877, graças á iniciativa de Andrade Corvo, que fizera passar nas camaras uma lei, que autorizou o governo a gastar 30 contos com explorações scientificas, foi que se organizou a gloriosa expedição em que appareceram, pela primeira vez, os nomes de Serpa Pinto, de Capelo e de Ivens. Em 1880 regressaram esses exploradores: Serpa Pinto, tendo atravessado a Africa, Ivens e Capelo tendo feito explorações importantissimas nos sertões de Benguela. Em 1884, Capelo e Ivens voltaram á Africa, atravessaram-na de occidente a oriente, e regressaram gloriosamente á patria em 1885, e neste mesmo ano foram Serpa Pinto e Augusto Cardoso explorar a região entre Cabo Delgado e o Nyassa. Nesse mesmo ano, partiu ainda Henrique de Carvalho a fazer a sua tão proficua e tão gloriosa exploração do Muata Yanvo. Os Stanley e os Wissmann, sentiam por toda a parte o eco da passagem dos exploradores portuguezes.

estava consumando nas várias regiões ultramarinas. Mas, sempre reflectida e cautelosa, antes de arvorar o seu pavilhão em qualquer ponto desocupado do continente africano, fê-lo percorrer em vários sentidos pelos ousados exploradores, de que éla também dispunha, e entre os quais marcavam categoria especial o Dr. Nachtigall e o capitão Wissmann. Verificaram estes pelo exame directo, que as melhores regiões africanas já haviam sido ocupadas, mas que outras se conservavam ainda devolutas, as quais, no decorrer do tempo e à custa dos convenientes esforços, poderiam constituir fontes de prosperidade para o comércio metropolitano.

Foi, precedendo o processo exposto, que, a 7 de agosto de 1884, o território adquirido por um negociante de Bremen, apelidado Lüderitz, próximo da Angra Pequena ou dos Ilhéus¹, no sudoeste da Africa, depois denominado Lüderitzbucht, em honra daquêle precursor, foi colocado sob a proteção do Império alemão, após haver sido reconhecida a configuração do litoral e a situação da feitoria pelo comandante do navio de guerra *Nautilus*. Foi imediatamente colocado na localidade, como consul geral, o Dr. Nachtigall, que desenvolveu a mais extraordinária actividade em sucessivas aquisições territoriais, negociadas com os chefes das diferentes tribus limitrofes do primitivo ponto de ocupação, convenientemente protegido o negociador pela presença de uma esquadilha, composta de cinco navios, dotados com 55 canhões e 1:436 tripulantes.

Com tamanho aparato foi fácil conseguir que, pouco tempo decorrido após a declaração daquele Protectorado, lhe houvesse sido anexada a região de Damara, ao norte da feitoria primacialmente ocupada. E, pouco depois, no começo de 1885, estava concluída uma convenção entre a Alemanha e a Inglaterra, regulando a delimitação dos territórios respectivamente colocados sob o domínio destas duas potências. Segundo este acôrdo, a posse da região compreendida entre o rio Orange ou Garieb e o Cabo Frio², com excepção do ancoradouro denominado Walfisch Bay e das ilhas, que formam a baía

¹ Foi descoberta esta baía por Bartolomeu Dias, no reinado de D. João II.

² Na costa de Angola, distrito de Mossamedes. É o limite sul das possessões portuguesas na Africa ocidental.

da Angra Pequena, foi reconhecida à Alemanha, comprometendo-se a Inglaterra a não contrariar a expansão do Protectorado para o interior, até ao 20º gráo de longitude este.

Como é próprio do instinto da raça, os alemães não limitaram a sua expansão aos territórios descritos. Fôram-se desenvolvendo sucessivamente, pelo processo referido, até atingir os limites do nosso distrito de Benguela, na provincia de Angola, o que motivou as negociações de uma convenção luso-alemã, datada de 1886, que fixou a delimitação norte do referido domínio alemão. Pelos termos desse diploma, a fronteira seguía o curso do rio Cunêne, desde a sua foz até aos rápidos da Serra-Kanesa e depois uma linha fictícia, ligando os rápidos do Zambeze a Katmia.

Poucos factos revelarão melhor a febre de expansibilidade, que domina a raça alemã, do que a historia da constituição da sua colónia do sudoeste africano. No breve espaço de dois anos esse domínio, no início reduzido a uma simples feitoria, foi rápida e sucessivamente ampliado, até atingir uma área não inferior a 835:000 quilómetros quadrados. Nada fez desistir os ocupantes do seu intento, nem sequer a circunstância dos territórios, que formam a Ambolandia, a Damaralandia e a Namalandia, não dispõem de porto algum próprio para o desenvolvimento comercial. As sucessivas recuzas da Inglaterra em ceder o ancoradouro de Walfisch Bay, a última das quais ocorreu por ocasião da visita de lord Haldane a Berlin¹, não conseguiram igualmente levar o desanimo ao espirito alemão; posto que tal procedimento representasse agravo de não fácil esquecimento. E isto porque, afora esse ancoradouro, aquéla longa costa só possui a pequena enseada de Sandwich, no trópico de Capricórnio, a 40 quilometros ao sul do referido ancoradouro inglês, enseada que perde todo o seu aparente valôr pela larga cintura de dunas, que a envolvem.

Qual a razão, então, porque em condições tão desfavoráveis de exploração, e ainda recebidos hostilmente pelos indigenas, os quais, em maio de 1889, se tornou necessário submeter com o auxilio de uma expedição militar metropolitana, os alemães persistiam, antes da guerra presente, em engrandecer

¹ General Moraes Sarmiento. *Episódios da preparação da guerra para a conquista do domínio do mar*. «Revista Militar», n.º 2, de fevereiro de 1912.

aquela colónia? A resposta é facil. Era porque a região, de que se trata, devia servir oportunamente de base para os occupantes alastrarem bem mais consideravelmente o seu domínio pelas circunscrições adjacentes.

Em primeiro logar, a hostilidade formal entre as raças inglesa e boer, occupantes de territórios lemitrofes da nova colónia alemã, deveria prestar-se admiravelmente ao intento. Fôra com o fim de lisongear os boers, que o Imperador Guilherme II dirigira a Kruger, então Presidente do Transvaal¹, o célebre telegrama, que tanto azedou as relações anglo-alemãs. O Kaiser havia compreendido que aquella hostilidade latente deveria provocar, cedo ou tarde, um *casus belli*, do qual poderia rezultar para a Inglaterra a perda dos seus domínios no sul da Africa. Para o facilitar e apressar, receberam da Alemanha os boers recursos monetários e material de guerra, que os animou, mais tarde, a resistir às imposições feitas a Kruger para reconhecer a suzerania da Inglaterra. Ainda que a sorte da guerra levasse os boers à organização de um Estado demaziado forte, para que pudesse ser submetido depois pela Alemanha, o simples facto redundante dêsse Estado cortar as communicações entre a colónia do Cabo e a vasta possessão da Rodésia, colocada esta entre as colónias alemãs do sudoeste e do leste, deixava alimentar aos alemães a esperança, de que a junção dêsse seus dominios podêsse ser conseguida algum dia pela occupação da Rodésia.

Este plano teve o devido começo de execução na consulta dirigida com as devidas reservas aos boers, que acolheram favoravelmente a ideia. A imigração dos ingleses no território, a que se julgavam com exclusivo direito, e a rápida expansão das suas colónias do norte e do sul, demonstravam, sem sombra de dúvida, que a própria expansão boer seria sempre problemática, visto como os *uitlanders* se multiplicavam pela imigração com uma celeridade, que fazia presentir não serem necessários muitos anos sem que elles dominassem pelo numero, a ponto do poder real dos boers desaparecer. A defesa da própria autonomia dêstes dependia, portanto, de entrarem em acção, antes que o impedisse um maior aumento do

¹ Antiga Republica Sul Africana, anexada á Inglaterra, desde 1902.

poder dos *uitlanders*. Nêste presuposto podiam e deviam contar com os prometidos auxilios alemães.

Mas, a Inglaterra teve conhecimento de tal conjura e compreendeu, imediátamente, que não era tanto a riqueza dos seus territórios sul-africanos que lhe importava defender, como o fazer vêr à Alemanha e ao mundo inteiro o poder do Império britânico.

Convenceu-se de que devia manter o seu prestígio a todo o custo, não só pelas conclusões que os seus subditos da Índia e do Egito poderiam deduzir de uma derrota, mas para que élas não fôsem igualmente inferidas pelas nações europeias. Não admitia a Inglaterra a ideia de ficar vencida; êste facto podia desenvolver o plano de uma coalisão europeia contra éla. Por isto, conseguiu, com grande surpresa para os alemães, fazer face às conseqüências económicas da guerra e manter no sul da Africa um exército de surpreendente efficacia para conseguir a submissão dos boers, o qual abasteceu, equiparou e reforçou sempre e oportunamente da metrópole, apesar da enorme distancia, que medeia entre Southampton e o Cabo. A formação da União-Sul-Africana, que agrupou federalmente os vários povos da Africa do Sul,¹ e na qual a generosidade própria do carácter inglês permitiu que os boers occupassem o logar que lhes competia, completou a enorme decepção sofrida pela Alemanha, no decurso da guerra do Transvaal, e a aniquilação de todos os seus planos tendentes ao enfraquecimento, senão extermínio, do Império britânico. Finalmente, a recente missão, que aquella União tomou à sua conta, e da qual tão rápida e brilhantemente se desempenhou, de expulsar os alemães da sua colónia do sudoeste, onde se haviam constituído como ameaça aos povos circumvisinhos, foi o golpe de graça por êles recebido.

Por certo que, para nós os portuguezes, não estava reservada acção menos desfavorável do que a pronunciada para os ingleses. As questões suscitadas sôbre a interpretação da convenção de 30 de dezembro de 1886, relativa à delimitação da fronteira luso-alemã, fundada na distincão casuística de qual

¹ O agrupamento em questão foi constituído pela colonia do Cabo e as antigas republicas do Orange e do Transvaal, bem como pelos povos por elas dominados.

fôsse a primeira catarata do Cunene, se a partir do montante ou juzante dêste, era já uma revelação da intenção expansiva alemã nos nossos territórios. A sua demonstração prática ocorreu quando, ainda antes de resolvida a contenda, os nossos ambiciosos vizinhos invadiram o Cuamato, cuja conquista não conserváram, sómente pelo motivo de não possuírem tropas, que podessem defrontar-se com as que compunham a expedição portugêsa do comando do falecido General Pereira d'Eça. Parece certo, contudo, não havermos melhorado com a troca daquele incomodo visinho, porque o seu successor, segundo se diz, persiste nas pretensões que o primeiro occupante manifestára, acêrca da interpretação a dar á convenção referida.

No exercício do plano, que haviam concebido, de occupação de vários pontos da Africa, fôram os territórios dos Camarões e do Togo, na Senagambia, os que os alemães occupáram immediatamente ao de Lüderitzbucht ou Agra Pequena. Ainda foi o Dr. Naghtigall quem, em julho de 1884, encetou as negociações com os chefes indígenas, estabelecidos no curso do rio Camarão, no sentido de os fazer aceitar, pela via pacífica, o protectorado alemão, garantindo-lhes o respeito pelas suas crenças e costumes, e vedando-lhes sómente o comércio de escravos. Os resultados obtidos fôram completos. No dia 14 de julho de 1884, o cruzador *Möwe* saudava a bandeira alemã arvorada nas povoações dos principais chefes dos Camarões.

Como havia sucedido no Sudoeste africano, a expansibilidade territorial verificáva-se immediatamente, com a maior celeridade. Em 23 de agosto, dirigia o Dr. Nachtigall para a autoridade competente de Berlim, uma comunicação em que afirmava — «a conclusão de tratados de protectorado com o rei de Togo e os seus vassallos, na região situada a léste das possessões inglesas, até Petit-Popo, da qual Bagida e Lome, eram os centros de população mais importantes. Também arvorei, acrescentava, a bandeira imperial na região dos Biafras, entre Bimbia e Petit-Batanga».

De começo, todo o plano de occupação foi realizado sem inconvenientes. Mas, logo que o cruzador *Möwe* retirou, manifestou-se nos Camarões uma sublevação dos indígenas, que

só foi reduzida por nova expedição naval e militar, dirigida da metrópole, e composta de dois navios de guerra e tropas de desembarque. Assegurado assim pelo ferro e pelo sangue aquêlê domínio, ficou êle delimitado, ao norte, pelo rio do Rei e, ao sul, pelo rio Kampo. O *hinterland* não foi precisamente fixado, por que nem sequer era devidamente conhecido pelos ocupantes. Êsse conhecimento só foi adquirido posteriormente, pelas explorações do Dr. Schwartz, do Dr. Zingraf e do tenente Zeuner, que asseguráram ser a região interior, longe de estéril e ardente, como se suspeitava, fértil, povoada e perfeitamente susceptível de exploração, tanto na direcção nordéste, onde foi fundada a estação de Barombi, como na do sul, quer no vale de Malimba, quer na região de Batanga.

No território de Togo sucederam sublevações análogas às referidas, mas devidas às vexações impostas aos colonos alemães pelo inglês Lawson, dando a ocorrência motivo a uma expedição marítima. Pronto acudiu ao lugar do conflito o Dr. Naghtigall, a bordo do *Möwe*, o qual aproveitou o caso para arvorar, sucessivamente, em Lome, em Porto Seguro e Petit-Popo, o pavilhão alemão. A superfície total desta nova colónia foi avaliada pelos ocupantes em 87:000 quilómetros quadrados.

Mas, ainda segundo o espírito da raça, os alemães não cifráram nas aquisições territoriais indicadas as suas ambições expansivas. De conformidade com o parecer do marechal Moltke, já exposto em artigo anterior, êles conceberam para a sua nova colónia um grande plano de engrandecimento, e aguardáram o momento propício para o executárem, dando só então o salto do tigre. Êsse momento foi o da execução do acôrdo franco-alemão de 8 de fevereiro de 1909, o qual, nos assuntos de Marrocos, incumbia à França a consolidação da ordem e da paz interior de Marrocos, deixando a partilha dos interêsses económicos respectivos para serem regulados pelos subditos das duas nações contratantes. Em conformidade com a letra e o espírito deste acôrdo fôram contratados, de colaboração económica entre a França e a Alemanha, vários negócios, e designadamente os dos caminhos de ferro marroquinos, entre os quais se contávam a linha de Ngoko-Sangha e a do Congo-Camarões. As dificuldades sugeridas para a execução destas e outras combinações foi que deu origem ao

alarme internacional, causado pela chegada do navio de guerra alemão *Panther* a Agadir. A questão veio a agravar-se ainda, porque, aproveitando a inercia do govêrno francês na devida ocupação da parte do Congo, que lhe pertencia, os agentes alemães se haviam paulatinamente infiltrado na zona septentrional, que limitava os Camarões alemães, estendendo-se por uma profundidade superior a cem quilómetros, tudo como trabalho preparatório para a execução do projecto concebido de obter dos franceses a cessão desse território mui rico em borracha. Ora, no intento de explorar esta região, se havia feito um projecto de *consortium* entre a companhia francesa da Ngoko-Sangha e os Camarões alemães.¹ Mas no assunto também estavam interessados ingleses, por causa de duas casas desta nacionalidade estabelecidas no Congo. E, porque a desarmonia veio a reinar, levantou-se inopinadamente na Inglaterra e na França uma violenta campanha contra aquêlê *consortium*, que veio a ser abandonado por tal motivo.

A reacção alemã não se fez esperar. Aquêlê abandono ocorreu a 29 de março de 1911, e, logo no dia 15 de abril, o barão de Schœn, embaixador da Alemanha, se dirigiu ao ministério dos negócios estrangeiros, para fazer a devida reclamação. As dificuldades entre os dois países agraváram-se mais, porque os outros projectos de colaboração económica franco-alemã naufragáram sucessivamente. A questão assumiu de importância por ocasião da marcha das tropas francesas, com o fim de ocupárem Fez, atingindo então o cúmulo a susceptibilidade já revelada anteriormente pela opinião pública alemã, fortemente suscitada, não sómente pelos germanistas, mas pelos coloniais e industriais. No dia 1 de julho de 1911, como se disse anteriormente, a canhoneira *Panther* fundeáva em Agadir, o que motivou as difíceis e acres negociações diplomáticas, que se prolongáram por mais de quatro meses, e das quais resultou o tratado de 4 de novembro de 1911, por virtude do qual a França assegurou o seu protectorado em Marrocos, mas à custa de uma expansão da colónia alemã dos Camarões na colónia francesa do Congo, avaliada em 790:000 quilómetros quadrados. A Alemanha ganhava ainda o acesso

¹ General Moraes Sarmiento. *O Protectorado de Marrocos*. «Revista Militar» n.º 41, de abril de 1912, pag. 269.

a regiões atravessadas pelos rios Congo e Oubanghi, com a esperança, se a liquidação do Congo belga se tornasse facto consumado, de ligar atravez da Africa Equatorial, os Camarões à sua colónia do Éste-Africano, da qual trataremos ao diante.

Os dois grupos de possessões, que ficam descritas, representam no Oéste-africano a considerável superficie, que ficou apontada, na qual já se encontrava campo de actividade para muitos milhares de colonos, mas os alemães não a consideraram ainda sufficiente para as suas ambições expansivas. Estendendo a vista pela região compreendida entre os grandes lagos e o mar, região considerada pelos exploradores como a mais rica da Africa, observaram que néla apenas se encontravam face a face duas potências coloniais preponderantes: Portugal e a Inglaterra¹. Até 1884, o comércio alemão apenas ali contava com algumas feitorias hamburguesas, favorecidas no seu desenvolvimento por convenções particulares, negociadas com o sultão de Zanzibar.

No momento em que se radicou no Império a politica colonial, o Dr. Peters havia promovido, em Berlim, a organização de uma Sociedade de colonização alemã e partiu para Zanzibar, em setembro daquêlê anno, onde negociou prontamente uma dúzia de tratados com os principais chefes indígenas do planalto de Usagara, obtendo, assim, sob o domínio daquêla Sociedade, uma extensa propriedade, que abrangia uma superficie de cêrca de 2:500 milhas quadradas. Apresentava éla um grave inconveniente. Encerrada entre os domínios do sultão de Zanzibar banhados pelo mar e o lago Tanganika, não ti-

¹ Em Moçambique a semente deitada á terra por Lewingstone ia fortificando. Os missionarios escocezes invadiram o interior da nossa colonia africana, fundavam o estabelecimento de Blantyre, e nós, com a amabilidade que sempre nos distinguiu, não só os ajudavamos mas até quasi reconheciamos a sua independencia, estipulando na pauta de Moçambique um simples imposto de transito de 3 % para as mercadorias que fossem para a região dos Lagos, como se essa região fosse estrangeira. Sentimos-lhe hoje as consequencias.

Os Tartufos escocezes aceitaram com humildade os favores, e, quando emfim os quizeram pôr fóra, exclamaram arrogantes:

C'est à vous d'en sortir!

Vidé: Pinheiro Chagas—*A Africa Portuguesa.*

nha saída alguma para o Oceano Índico. A Sociedade deligenciou obter daquêlê soberano a cessão de um ponto próprio para aquêlê fim, mas não só encontrou uma repulsa formal, que foi atribuída à influênciã inglêsa, mas a disposição de anular as aquisições, que os alemães haviam obtido, para o que foi formulado, em abril de 1885, o diploma competente.

Contra esta eventualidade se havia já preparado aquêla Sociedade, obtendo para tal fim a protecção do govêrno imperial, concedida em fevereiro daquêlê anno. Por isso, em vista de tal acto de hostilidade, oito navios de guerra alemães fôram immediatamente fundear em Zanzibar, mesmo em frente do palácio do sultão. Sob tal coacção, êste viu-se obrigado a reconhecer o protectorado alemão, não sómente sôbre o Usagara, mas ainda sôbre Ukami, Nguru, Useguha e o Vitu, e o direito de se utilizar dos fortes de Dar-es-Salaam e de Pangani, conjuntamente com o da administração das respectivas alfandegas, a troco de uma subvenção anual.

A impressão causada pela presença da esquadra alemã em Zanzibar foi tal, que o território primitivo da Sociedade tomou muito mais amplas proporções. Em novembro de 1885, dois delegados daquêla corporação, partindo de Sima, atravessáram ainda toda a região compreendida entre o lago Nyassa e a parte já adquirida, declarando no regresso, que haviam feito a sua aquisição.

Como sucedera na Damaralandia e nos Camarões, a Alemanha tratou logo de assegurar os limites da nova colónia. Duas convenções fôram ultimadas, com este fim. A primeira, datada de 1886, com Portugal, referente ao limite sul do Protectorado; a outra com a Inglaterra. Segundo êsses instrumentos diplomáticos, o território da Companhia do Leste africano, estende-se desde o rio Rovuma (11° de latitude sul) até ao rio Wanga, ao norte. A oeste atinge as margens dos lagos Nyassa e Vitória-Nyanza e abrange o lago Tanganika. Do lado de leste confronta com os Estados continentais do Sultão de Zanzibar. A área da colónia, talhada por tal modo, avaliaram-na os ocupantes em 995:000 quilómetros quadrados.

Em virtude do tratado anglo-alemão, assinado em 1890, o sultanato de Zanzibar ficou sob o protectorado da Inglaterra, ficando delimitado: pela zona marítima, compreendida entre a foz do Miningani e Kipini; pela linha da fronteira ter-

restre, que segue o curso do Miningani, durante 5 milhas, e corta o Rovuma, de modo a formar uma porção de território de 10 milhas de profundidade. Além do que, o Sultão foi reconhecido como o único e absoluto soberano das ilhas de Zanzibar, Pemba, Lamu e Mafia.

Foi mais fácil talhar domínio no papel, porém, do que assegurá-lo no terreno. Quando a Companhia concessionária encetou, em 1887, as suas operações de colonização, encontrou os mais vivos obstáculos e pronunciou-se entre os indígenas tal hostilidade, que ela teve de abandonar vários pontos de antecedência ocupados. Então, como de costume, o governo imperial entrou em acção. Um projecto de lei foi apresentado no Reichstag, na sessão de 20 de janeiro de 1889, autorizando a aplicar dois milhões de marcos na organização de uma expedição, destinada ao Leste africano, e a nomeação de um commissário imperial, incumbido de tomar, em nome do governo, as providências necessárias para proteger os interesses alemães e reconquistar a situação territorial anterior. Essa proposta foi discutida, na sessão de 25 de abril, e aprovada por uma maioria considerável, apesar da opposição de alguns membros hostis, por princípio, a qualquer empresa colonial. O commissario escolhido foi o capitão Wissmann, não permitindo os naturais limites d'este trabalho explanar as dificuldades de toda a ordem com que elle teve de lutar, provindas as mais importantes das companhias inglesas rivais.

Ao que não deve deixar de ser feita referência é ao procedimento havido para com o mesmo, o qual demonstra, em paralelo com o ocorrido na fronteira sul de Angola, o manifesto intento da Alemanha de obter, tambem, a maior expansão da nova colónia africana do Nordéste à custa do nosso domínio oriental.

Pelo tratado luso-alemão de 30 de dezembro de 1886, a respectiva fronteira comum convencionada, corria ao longo do Rovuma, mas, sem qualquer espécie de prevenção ou alegação de direitos, a Alemanha occupou a ilha de Suafo e a baía de Tungue¹, ao sul do curso daquêle rio, mostrando-se

¹ A baía de Tungue foi, em tempo, occupada pelo sultão de Zanzibar, que a considerava como sua e nela estabeleceu postos aduaneiros e todos os sinais de dominio. Durante quarenta anos protestámos contra essa violencia,

por tal modo resistente em aceder às nossas fundamentadas reclamações, que nos vimos constrangidos a assinar a convenção adicional de 30 de agosto de 1894, em que a referida fronteira ficou delimitada pelo paralélo de 19° 40' de latitude sul, dêse do promontório do Cabo Delgado até ir encontrar o Rovuma. A sorte da guerra permitiu, porém, que passassemos a ocupar o primeiro traçado da fronteira, graças ao esforço das tropas expedicionárias portuguesas, ocorrido já no decurso da guerra presente.

A Sociedade alemã de colonização, a que precedentemente ficou feita referência, porque a sua atenção era especialmente chamada para as questões africanas, organizou, ainda em 1884, uma nova companhia, denominada da Nova Guiné, cujo fim foi o de adquirir na grande ilha oceânica da mesma denominação, também conhecida pela de Papuasia, situada ao Norte da Australia, da qual está separada pelo estreito de Torres, as regiões que os ingleses e holandeses ainda não haviam anexado às suas possessões.

Esse plano foi realizado sem maiores dificuldades na região actualmente conhecida pela denominação de Terra do Imperador Guilherme (*Kaisers Wilhelms Land*) e compreende mais de dois terços do litoral nordeste da ilha, entre a baía de Humboldt e a de Huon, além do arquipélago Bismarck¹, e as ilhas de Bougainville, Choiseul e Isabel, no arquipélago Salomão.² O conjunto destes territórios representa uma superfície total de cerca de 240:000 quilómetros quadrados.

Na conformidade das práticas anteriores, em abril de 1885,

sem resultado, até que, em janeiro de 1886, o sr. Augusto de Castilho, já falecido, e então governador de Moçambique, fez reaparecer na contestada baía a bandeira portuguesa, sendo pouco depois ultimada a sua reocupação por nossa parte.

¹ O arquipélago Bismarck, sito a N. E. da Nova Guiné, compreende entre outras as seguintes ilhas: Nova Pomerania, Novo Mecklemburgo, as ilhas do Almirantado, Novo Hanover, as ilhas S. Matias, e a ilha Longa.

² O arquipélago Salomão está situado na Melanesia, pertencendo parte dele aos ingleses. Uma das ilhas, que o compõem, tomou o nome de Luis Antonio de Bougainville, celebre navegador francês que, de 1766 a 1769, fez uma viagem á roda do mundo, que descreveu em um livro muito apreciado pelos especialistas.

estava concluída uma convenção com a Inglaterra e a Holanda, a qual garantia à Alemanha a posse da terça parte da formidável ilha da Nova Guiné, afora os satélites retro indicados.

Porque o estado de civilização dos indígenas é mui atrasado, a sua hostilidade pelo trabalho manifesta, e a heterogeneidade dos dialectos tal, que torna difíceis as comunicações entre as respectivas tribus, os alemães não tinham encontrado dificuldades dignas de menção na ocupação. Provinham essencialmente as existentes da falta de comunicações marítimas, visto como a colónia se encontra fora do itinerário dos serviços regulares transpacificos. Uma pequena esquadilha mercante alimentava as relações com a Australia e a ilha de Java, com o fim de aproveitar a escala dos paquetes anglo-australianos.

No Oceano Pacífico assegurou-se igualmente a Alemanha de um domínio colonial que, não se avantajando pelo valor territorial, constituía a plena revelação da tendência da raça em se preparar oportuna e seguramente para a conquista da hegemonia universal. Com este proposito tinha constituído através daquêle Grande Oceano uma série de escalas em que fluatava o seu pavilhão, dotadas do devido porto de abastecimento, para assim contrabalançar, não só a preponderância inglesa, sólidamente estabelecida no vasto império colonial da Australia, mas, de futuro, a do Japão e a própria expansão da República dos Estados Unidos, à qual a recente abertura do canal de Panamá garante a hegemonia naquêle mar, embora fortemente contestada pelos japoneses.

Na aquisição daquêle domínio insular a Alemanha revelou o mesmo espírito dominador e agressivo, que a tem sempre distinguido na sua acção internacional através dos séculos. Assim, foi pela violência que éla procurou apoderar-se do arquipélago das Carolinas, desde a sua descoberta, em 1686, pertencente aos hespanhois, dando ocasião ao conflito com o país vizinho, que foi resolvido favoravelmente para êste pela arbitragem da Italia. Não constituiu tal facto causa de desânimo na execução do primitivo intento. E, por isso, aproveitando o momento em que a Espanha se debatia com graves dificuldades financeiras, devidas ao pagamento da indemnização exigida pelos Estados Unidos ao terminar o conflito es-

pano-americano, cujo epílogo foi constituído pela destruição da esquadra do almirante Cervera, a Alemanha correu presurosa a oferecer a sua bolsa, em troca do domínio no referido arquipélago. A tentação conseguiu o resultado apetecido, sendo assim que o estandarte alemão ali flutuava actualmente. As Carolinas formam um imenso arquipélago, na Oceania, que se estende desde 3º a 12º Lat. N. e de 140º Long. E. a 178º, formado por três grupos, cada um deles constituído por muitas ilhas ou ilhotas, sendo o seu número total de mais de 500. A população não corresponde a tal fragmentação, porque se limita a cerca de 60:000 habitantes da raça malaia polinesiana, falando um dialeto semelhante ao que se usa nas Filipinas.

A léste das Carolinas, ainda no Oceano Pacífico, possuía igualmente a Alemanha três grupos de ilhas, denominadas; o arquipélago Marshall, as ilhas Brown e as ilhas da Providência. Ao protectorado destes territórios, e colocada ao seu S. E., está anexo o da ilha de Pleasant-Island, no arquipélago Gilbert, ou Kingsmill, da Polinesia, a 30 milhas ao sul do Equador, que pertence em parte à Inglaterra.

O arquipélago Marshall, na Micronesia, estava anteriormente explorado por feitorias holandesas e norueguesas, mas, aproveitando as incessantes lutas intestinas, que dividiam os indígenas, a canhoneira alemã *Nautilus*, em outubro de 1885, ocupou os grupos de ilhas aludidos. A área total das possessões alemãs, nos dois arquipélagos, é avaliada em 2:500 quilómetros quadrados.

O arquipélago de Samoa ou dos Navegantes, na Polinesia, é, pela sua situação estratégica, a mais importante das possessões alemãs no Oceano Pacífico. A oito ou nove dias de viagem de Sydney de Auckland¹, por um lado, e da Nova Guiné e das ilhas de Sandwich², pelo outro, marca próximamente o meio da grande via intercontinental de S. Francisco a Brisbania³, da qual forma um ponto natural da escala,

¹ Sydney é a capital da Nova Gales do Sul, na Australia; Auckland é a principal cidade da Nova Zelandia.

² Sandwich ou Haway, é o arquipélago da Polinesia, dependente dos Estados Unidos, desde 1898.

³ Brismanía é a capital do Estado de Quensland, na Australia, que dispõe de importante trafico comercial.

Não é de estranhar, portanto, que a sua posse haja constituído a ambição de várias potências.

Assim, em 17 de janeiro de 1878, foi celebrado um tratado entre os Estados Unidos e o rei de Samoa pelo qual, entre outras vantagens, se contava a cessão do magnífico porto de Pago-Pago, na ilha de Tutuila, onde aquêles estabeleceram uma estação naval e um depósito de carvão. Mas, logo a seguir, em janeiro de 1879, a Alemanha, procedendo como é seu uzo, interveiu cobiçosamente, concluindo outro tratado de amizade com o referido potentado, pelo qual lhe foi concedido estabelecer armazens em Salnafala, na ilha de Opulu. A Inglaterra, que seguía sempre atentamente na cola alemã, concluiu imediatamente outra convenção, em agosto de 1879, à sombra da qual um bando considerável de missionários se espalhou no arquipélago, fazendo propaganda em favôr dos interesses nacionais.

Em 1884, o rei Malietoa, que reinava sem governar no meio das contínuas dissensões provocadas pelos consules das três potências indicadas, entre os quais, como é de uzo, se avantajava o alemão nos processos empregados, concluiu com o governo de Berlim um tratado particular e secreto, que assegurava a êste uma preponderancia positiva. Mas, o facto transpirou e os colonos americanos e ingleses preparáram-se convenientemente, com uma importante importação de armamento e munições, para reagir contra os efeitos do acordado, logo que para isto se apresentou a oportunidade. Chegou éla no dia 22 de março de 1887, quando os alemães festejavam o aniversário do seu Imperador, sendo duramente maltratados.

Logo que houve conhecimento do sucedido, o Príncipe de Bismarck dirigiu ao gabinete de Washington uma nota, na qual se continha o seguinte expressivo periodo:

«No caso do rei Malietoa não querer ou não poder prestar aos nossos nacionais o devido apoio, ver-nos-emos obrigados a declarar-lhe a guerra e a proclamar a sua deposição. Empeñando-nos em manter as melhores relações com as potências representadas em Samoa, declaramo-nos impossibilitados de permitir por mais tempo que seja ameaçada a segurança dos nossos nacionais e o prestígio do império alemão».

Com o expedição desta nota o Chanceler procurou organizar em Washington uma conferência, destinada a rezolver o

assunto. Como tal ideia não vingasse, uma esquadra alemã foi fundear no porto de Apia, na ilha de Upolu, aonde foi proclamada pelo consul respectivo a guerra contra Malietoa, a sua deposição e a proclamação de outro rei, junto do qual deveria exercer as funções de conselheiro particular um antigo oficial alemão.

Como já havia sucedido nas colónias africanas, o triunfo dos alemães originou uma sublevação geral, sendo deposto o rei por êles proclamado. O conflito foi resolvido pelo processo usual: a ferro e fogo. O cruzador *Adler*, a corveta *Olga* e a canhoneira *Eber*, vomitaram metralha basta, arrazando e reduzindo a cinzas os alvos a que visáram; as guarnições desembarcadas passáram a fio de espada quantos samoeses encontráram, não sem sofrerem élas próprias bastantes baixas.

Afinal vingou a ideia inicial da Alemanha, e, para regular a questão internacional pendente, foi, no começo de 1899, nomeada uma comissão anglo-tudesca-americana, em resultado de cujos trabalhos foi concluída a convenção anglo-alemã de 8 de novembro, assinada também pelos Estados Unidos, em 2 de dezembro, pela qual as ilhas de Samoa, excepto a de Tutuila, cedida aos Estados Unidos, passáram para poder da Alemanha, que cedeu da sua parte à Inglaterra as ilhas de Choiseul e Izabella, do arquipélago Salomão, renunciando a todo o direito sôbre as ilhas Tonga e Savage. Esta nova possessão mede uma área de 2.600 quilómetros quadrados.

A última das conquistas ultramarinas, realizada pela Alemanha, ocorreu quando, seguidamente à guerra chino-japonesa, se verificou a penetração de várias potências europeias no vasto império mongólico. Não foi éla das primeiras a seguir êsse movimento, mas, quando entrou em acção, fê-lo com mais ardôr do que qualquer outra.

Sob o pretexto de haverem sido trucidados dois missionários bávaros na província de Chan-Tung, em novembro de 1897, ocupou o almirante Diederichs a baía de Kyao-Tcheou, posição estratégica que já havia provocado a atenção de outros comandantes de divisões navais. E, em conformidade com os exemplos anteriores, em março de 1898, logo a China se via obrigada a assinar o tratado de ocupação daquêle portô, o qual os alemães declaráram aberto, para assim aderir à polí-

fica inglesa da «porta aberta», seguida naquêlê império. A área da concessão feita é avaliada em 600 quilómetros quadrados. Torna-se oportuno dizer que «porta aberta» não tem a mesma significação que «porto franco». Aquêla denominação implica a percepção de direitos aduaneiros pela China. A segunda representa plena franquia, tanto à entrada como à saída dos navios.

Esse tratado reconhecia igualmente o direito de preferência para os alemães em todas as concessões de vias ferreas ou de minas, na província de Chan-Toung, ficando assim constituída, a 500 quilómetros de Peking, uma esfera de interêsses germanos. O facto motivou logo reclamações da Inglaterra que, a título de compensação, obteve uma série de importantes vantágens em outra região.

Com a aquisição do porto, a China cedia por 99 anos a superfície de mar e terra abrangida no raio de 50 quilómetros em torno de Tsing-Tao, que fica à entrada e do lado norte do canal de acesso à baía de Kyao-Tcheon.

Quando a ocupação se tornou efetiva, no decurso do inverno de 1898-1899, como vimos haver sucedido em todas as regiões ocupadas pelos alemães nas diferentes partes do mundo, surgiram resistências dos povos dominados, motivadas pelos trabalhos de minas e de caminhos de ferro, que os alemães procuravam assegurar para além do territorio que lhe havia sido concedido. Imediatamente uma expedição militar, organizada em Tsin-Tao, seguiu, no dia 29 de março, para a região de Ytcheon-Fou, a bordo do cruzador *Géfion*, com o fim de castigar as povoações, onde os engenheiros e missionarios haviam sido maltratados. E lá se conservou depois uma guarnição militar, embora pequena, com o fim de manter a ordem e assegurar a vida dos compatriotas naquela província, conforme foi declarado nos seguintes termos pelo Chanceler Principe de Bulow á comissão do orçamento, na sua sessão de 28 de fevereiro de 1899:—«E' dever nosso assegurar a vida e os bens dos nossos compatriotas, dos nossos missionarios e das suas propriedades, de vigiar, em suma, porque os nossos interesses materiais ou morais, na província de Chan-Toung, não sejam prejudicados por virtude das desordens internas de que a China se torne teatro.»

Usando do privilegio da concessão de caminhos de ferro,

que dissémos lhe havia sido concedido, e como modo de assegurar a expansão projetada no Celeste Imperio, a Alemanha tratou, desde logo, do traçado das linhas de Kiao-Techeon a J-Techeon e Ju-Chan e de Kiao-Tcheon a Tsi-Nan-fuo, ambas na provincia de Chan-Toung, que forma a sua respectiva zona de influencia, sendo aquellas as direcções da concebida penetração.

De quanto fica exposto se comprova que, ainda na aquisição do seu recente, mas vastissimo, dominio colonial, teve completa applicação o vaticinio de Bismarck, que nos serviu de epigráfe; — «O destino da Alemanha será edificado pelo ferro e pelo sangue.» —

Naumann, nas notas estatísticas, que acompanham a sua obra *Mitteleuropa*, avalia a superficie e população daquele dominio pelo modo que passamos a reproduzir, devendo fazer notar que as superficies se referem a milhares de quilometros quadrados:

| | Superficie | População | |
|-------------------------|------------|-----------|-----------|
| | | Europeia | Indigena |
| Africa oriental . . . | 995 | 5.300 | 7.660.000 |
| Camarões | 790 | 1.900 | 2.650.000 |
| Tojo | 87 | 400 | 1.030.000 |
| Sudoeste africano | 835 | 14.800 | 84.000 |
| Nova Guiné | 240 | 1.000 | 600.000? |
| Carolinas, etc. | 2,5 | 500 | |
| Samoa | 2,6 | 500 | 38.000 |
| Kiau-Techou | 0,6 | 4.500 | 190.000 |

O que, no conjunto, representa, proximamente, uns 3 milhões de quilometros quadrados, povoados por cerca de 30.000 europeus e mais de 12 milhões de indigenas. E tudo isto foi adquirido em vinte anos. Não se pôde oferecer melhor exemplo da expansibilidade de uma raça e do seu devotado culto pelo espirito de conquista.

Mas a sabedoria das nações já havia previsto a sorte de tal imperio, no seu conhecido aforismo: «Quem com ferro mata, com o ferro morre», que os espanhoes reproduzem pela expressão: «Quien a picardía mata, a picardía muere.» Qualquer que seja a variante da letra do adagio, o factó é que,

como se vai vêr, o seu espirito teve a mais plena confirmação nos quatro primeiros meses decorridos da presente guerra, durante os quais a Alemanha perdeu sucessivamente, pela acção do ferro e pelo derramamento do sangue, os diferentes troços desse dominio que, por este mesmo processo, para si havia talhado na Africa, na Asia e na Oceania.

II

Quem com ferro mata com o ferro morre.

SENTENÇA POPULAR

Quando a Alemanha se apoderou da baía chinesa de Kyao-Tcheou, fê-lo com o duplo intuito de a constituir, não sómente como ponto de apoio comercial, mas ainda militar. Sob o primeiro aspecto, tratou logo de proteger convenientemente o porto de Tsing-Tao, que dá acesso áquela baía, dotando-o simultaneamente com todos os aperfeiçoamentos indispensaveis para que êle se tornasse ponto obrigado de escala, quer dos navios de comércio, quer dos de guerra, que nele encontravam os estabelecimentos industriais indispensaveis para proceder às reparações de que necessitassem. Entre estes figura uma doca flutuante de 16.000 toneladas, a maior que se encontra na Asia oriental. Simultaneamente com tais melhoramentos de ordem marítima, a construção de uma apropriada linha ferrea ligava o referido porto às fertes regiões do Chan-Toung, dreinando para aquêle os seus abundantes produtos vegetais e minerais.

Por este modo conseguiram os alemães que, em pouco tempo, Tsing-Tao fôsse considerado o quinto, entre os vários portos de exportação da China, elevando-se o seu rendimento liquido a 45 milhões de marcos anuais.

Como porto militar, Tsing-Tao destinava-se ao abrigo dos cruzadores alemães da respectiva estação naval na Asia oriental, sendo ali que as respectivas tripulações íam descansar das suas fainas de cruzeiro, e adestrar-se nos exercícos de desembarque, de tiro e outros de análoga natureza.

É natural que estes primordios houvesse inquietado notavelmente os japoneses, que nas questões relativas à China pretendem ter os braços desembaraçados. Assim, declarada a

guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, no dia 4 de agosto de 1914, logo no dia 15 o encarregado de negócios do Japão, em Berlim, entregou no ministério dos estrangeiros uma nota, com a natureza de ultimatum, na qual o seu govêrno, baseado no tratado de aliança anglo-japonês, exigia a retirada imediata dos navios de guerra alemães das aguas japonesas ou o desarmamento desses navios, e a entrega, sem condições, às autoridades japonesas, até ao dia 15 de setembro, de todo o territorio de Kiao-Tchéou, cedido pela China. A resposta a estas exigências, que não admitiam condições, devia ser dada até ao dia 23 de agosto e, como no dia 24 a resposta entregue fosse formalmente negativa, a guerra foi declarada.

Não é este o momento próprio para descrever as operações realizadas pelos japoneses, afim de conseguirem apoderar-se da colónia alemã, não obstante elas oferecerem interesse militar. Se as circunstâncias o permitirem, em ocasião mais propicia voltaremos ao assunto. Por agora basta remomorar que, no dia 27 de agosto, uma esquadra japonesa aparecia à vista de Tsing-Tao, notificando o seu bloqueio, e intimando o consul americano e uma canhoneira austriaca, surta no porto, a abandonarem a praça. Simultaneamente, os japoneses occuparam alguns ilhéos, que lhes deviam servir de pontos de apoio e colocavam minas para impedir a navegação. No dia imediato, a praça começou a ser bombardeada. No dia 18 de setembro foi operado um desembarque na costa de tropas japonesas, logo reforçadas, no dia 24, por tropas inglesas do commando do general de brigada Barnadiston. Assim ficou Tsing-Tao bloqueada por mar e sitiada por terra, com todas as suas comunicações cortadas.

Apezar da pertinaz defesa, dirigida pelo comandante Meyer-Waldeck, na noite de 6 de novembro os sitiantes iniciaram o ataque decisivo da praça, que se rendeu na madrugada seguinte, sendo concedidas aos seus defensores as honras da guerra. O número de prisioneiros elevou-se a 4.200, dos quais 600 estavam feridos, tendo havido 170 mortos, dos quais 6 officiais. Na capitulação ficou expresso, que o Japão administraria Tsing-Tao até a guerra finalizar, e que, seguidamente, a questão dependeria de negociações especiais como a China.

Assim ficou inteiramente defraudada a seguinte afirmação, que o Imperador Guilherme havia escrito pela sua própria

mão, no livro intitulado *Kiao-Tchéou*, de G. Franzius: "— O lugar em que um alemão caiu no serviço da pátria e no desempenho fiel do seu dever, servindo-lhe de tumulto, e no qual a aguiá alemã fixou as suas garras, é terreno alemão e como tal será mantido".

Á conquista das possessões alemãs no Oceano Pacifico foi aplicado o principio da divisão do trabalho: à esquadra australiana incumbiria a posse dos arquipelagos situados ao sul do Equador; à esquadra japonesa a dos situados ao norte desta linha, e eram: Marschall, Carolinas, Marianas e Palau.

Não obstante estarem dispersos os navios de guerra australianos, no momento em que a guerra entre a Alemanha e a Inglaterra foi declarada, por ser o periodo de instrução no mar alto e de manobras, as providências logo tomadas asseguraram a reunião, no dia 11 de agosto, no devido ponto de concentração do Pacifico, dos seguintes navios: *Australia*, cruzador de batalha, de 19.200 toneladas; *Sydney* e *Melbourne*, cruzadores ligeiros, de 5.700 toneladas; *Encounter*, cruzador ligeiro, de 5.880 toneladas; *Warrego*, *Parrumatta* e *Yarra*, contra-torpedeiros de 700 toneladas e o submarinos A. E. 1 e A. E. 2, de 800 toneladas. Também faziam parte desta frota um antigo cruzador ligeiro *Pioneer*, dois torpedeiros velhos e tres canhoneiras no mesmo estado, que estavam para ser substituidos por igual número de navios, em construção nos estaleiros de Port-Jackson.

Os navios que compunham então a estação naval alemã no Pacifico eram os seguintes: *Gneisenau*, *Nagasaki*, *Scharnhorst*, *Nuemberg*, *Leipzig* e *Emden*, estacionados em vários pontos. E o Almirantado inglês ordenou que a armada australiana procurasse encontra-los e os batesse. Nessa faina andou ela infructiferamente até que, a 21 de setembro, deu fundo em Herbertshöhe, onde não somente destruiu uma estação de telegrafia sem fios, mas conseguiu do governador alemão respectivo que êle fizesse entrega, não somente da Nova-Bretanha e seu arquipelago, mas da Nova-Guiné alemã, das ilhas Carolinas e Marschall e de todos os mais dominios dissimindos sobre os quais aquêle exercia autoridade. Dias depois, uma expedição, protegida pelo *Australia*, tomava também posse de Friedrich-Wilhelm, séde do govêrno da Terra do Imperador Guilherme.

Por seu turno, os japoneses não foram menos diligentes no cumprimento da missão, que lhes havia sido incumbida. A 29 de setembro, surgiu em frente de Jalwit, séde do governo das ilhas Marshall, uma esquadra japonesa, composta de três cruzadores couraçados e dois contra-torpedeiros, sob o comando do almirantado Jamaja, a qual, depois de verificar que não havia nenhum navio alemão na enseada, lançou em terra um corpo de desembarque, na força de uns 450 homens, para tornar assim efectiva a posse do arquipelago, que foi proclamada por aquele chefe em nome do Imperador do Japão. Seguidamente a mesma esquadra fez-se ao mar, em direcção às Carolinas, às Marianas e a Palau, que sucessivamente ocupou sem resistencia, ficando assim sob a autoridade japonesa todos os dominios alemães na Micronesia. Em 19 de novembro, ainda de 1914, o Japão informava a Inglaterra do ocorrido, declarando estar pronto a entregar às forças australianas as ilhas alemãs do Pacifico, provavelmente por a sua capitulação já haver sido virtualmente obtida da autoridade alemã residente em Herbertshöhe. O governo inglês aceitou, e um destacamento australiano tomou então posse efectiva dos dominios referidos.

A ultima ilha alemã do Pacifico, que até então não havia sido submetida, que era Bougainville (arquipelago Salomão), essa própria foi ocupada por um destacamento australiano, no dia 9 de dezembro de 1914.

As colónias alemãs da Africa, que eram: Togo, Camarões, Damaralandia e os territórios, que tomaram a denominação de África oriental alemã, também caíram sucessivamente no poder do inimigo. São ainda deficientes as noticias referentes à ocupação daqueles diferentes dominios, mas, para o fim visado no presente episódio, o essencial era saber-se de fonte certa que o pavilhão alemão deixára de flutuar, de ha muito, em qualquer desses territórios. Ora, o caso não admite duvidas. O litoral de todos êles caiu facilmente no poder das forças navais anglo-franceses. O *hinterland* de alguns é que levou algum tempo a ocupar pela dificuldade, que houve, em organizar as expedições encarregadas dessa missão.

Togo e Camarões foram as colónias que primeiro de submeteram, não sem oferecer resistencia, dominada, desde fins de

agosto a setembro de 1914, pelas forças navais anglo-francesas para esse fim combinadas.

No dia 19 de setembro, fundeava igualmente no porto de Lüderitzbucht, na Damaralandia, um frota inglesa, composta de dois cruzadores protegidos, quatro torpedeiros e 12 transportes, conduzindo uma expedição de 8.000 homens, sob o comando do tenente-coronel Muller, a qual, desembarcando, tomou imediatamente posse da feitoria, sem encontrar resistência. Os alemães haviam-se retirado para o *hinterland* da colônia, onde procuraram dificultar a sua ocupação, não conseguindo o seu intento, graças às operações contra eles dirigidas pelas tropas dos Estados do Sul de Africa, habilmente dirigidas pelo general Botha.

Caso análogo sucedeu nos territórios da Africa oriental alemã. O litoral foi prontamente dominado. Mas no interior a resistencia tem sido tenacissima. É certo que os alemães já não ocupam aquela colônia, tendo-se visto obrigados a retirar para a nossa província de Moçambique, onde, à data das ultimas noticias, ainda não haviam sido submetidos. Mas a bandeira alemã foi sucessivamente abatida de todos os pontos onde tremulava, não tendo os antigos colonos qualquer jurisdicção em ponto algum do território.

De quanto fica exposto se verifica que o famoso império colonial, conquistado em vinte anos pelo Império alemão, no fim de quatro meses se podia considerar absolutamente perdido, devido essencialmente ao facto do dominio do mar continuar em poder da Inglaterra e dos seus aliados. O Imperador Guilherme lia no futuro, quando procurava convencer o seu povo da necessidade do tridente de Neptuno ser empunhado por mão alemã. Mas as circunstâncias, e sobretudo as qualidades peculiares do character inglês, não lhe permitiram realizar esse seu ardente sonho.

A rápida conquista das possessões alemãs mais uma vez comprova ainda a clarividencia de Washington, quando comandante em chefe dos exércitos americanos, ao elaborar o *Memorandum para acordar em um plano de operações com o exército francês*, datado de 15 de julho de 1780, no qual se continha o seguinte principio fundamental:

«Em qualquer operação, e sejam quais forem as circuns-

tâncias, deverá ser considerada a superioridade naval como a base sob que deve assentar toda a esperança de triunfo definitivo».

O pensamento consignado nas linhas precedentes dominou incessantemente a acção militar do fundador da independência americana, e como tal aparece reproduzido na sua correspondencia diplomatica. «— Dinheiro e navios —» era sempre o resumo das suas solicitações. Dinheiro, porque foi êle em todos os tempos o nervo da guerra. Navios, porque a sorte da guerra dependeria absolutamente das forças navais, de que êle podesse dispôr. «— Nenhum exército de terra, escrevia o grande patriota a Lafayette, em 15 de novembro de 1781, poderá operar decisivamente, se a sua acção não fôr acompanhada da superioridade no mar —».

Vai decorrido muito mais de um século, depois desta asserção haver sido escrita, e os acontecimentos, que se têm succedido, desde então até á presente guerra, encarregam-se de demonstrar que tal doutrina conserva toda a força e propriedade de outrora.

Como nos fins do século XVIII, «— Dinheiro e navios —» constitui a aspiração suprema dos lutadores da hora presente, podendo assegurar-se, que a vitória ha de redondar em proveito daqueles que, até ao ultimo instante, dispuzeram dessas duas grandes forças.

O que ainda se não pôde aventar com a devida segurança é qual será o destino futuro das colónias alemãs conquistadas, embora triumphem as potencias aliadas, que delas se apoderaram. É certo que os mais distintos estadistas ingleses, como Lord Robert Cecil e Balfour, têm asseverado, bem expressamente, que os alemães não poderão voltar a assumir o seu senhorio, mas nada mais afirmaram de complementar. Apenas Lloyd George, em janeiro ultimo, declarou que o assunto seria liquidado na conferencia da paz, visto ser tão grave e complexo, que não bastaria apenas a Inglaterra para o ultimar. E, sendo assim, não deixará de ser ele uma das mais dificeis questões a resolver. Se tragicos acontecimentos têm ocorrido nos quatro anos decorridos, outros de não menor importância, embora de natureza diferente, se lhes succederão nos proximos tempos vindouros.

Ainda o ataque alemão ao sector português na batalha do Lys

Cumprimos hoje um dever, que nos é grato, agradecendo as várias manifestações de agrado com que foi recebido o artigo que, com o título do presente, foi publicado no n.º 8 desta *Revista*, relativo a agosto último. Entre essas manifestações duas, sobretudo, têm direito ao testemunho do nosso reconhecimento.

Refere-se a primeira ao *Seculo* que, na sua edição da noite, se não limitou a reproduzir a quasi totalidade daquêle longo artigo, mas o fez acompanhar gentilmente do retrato do autor e de apreciações para êste demasiado lisongeiros.

A outra revelação de apreço partiu do jornal espanhol *El Imparcial*, de Madrid, que, em artigo assinado pelo distinto general sr. D. Luis Bermudez de Castro, se refere ao mesmo assunto, em termos também assaz lisongeiros, terminando pelas considerações, que seguidamente reproduzimos no próprio idioma em que fôram lançadas ao papel:

«Vaya nuestro cordialissimo saludo al viejo camarada en armas y letras, y lleva al soldado escritor la expression de una gratitud sincera por sus frases corteses. Pero tambien a fuer de soldado viejo, aficionado a la verdad sin velos y con la misma lealtad, quisiéramos disuadir al general Moraes Sarmiento de esse error legendario cuyo receloso carácter separa las almas de los pueblos hermanos.

«En España no existen aspiraciones de expansion; nadie sustenta ese ideal de la unidad política de la Peninsula. En España solo hay una profunda simpatia por el pueblo vecino; un sagrado respeto a sus instituciones e independencia; un inmenso deseo de compenetración comercial; un verdadero cariño y un doloroso desconocimiento de Portugal, semejante al que Portugal tiene da España.

«Apretar los vinculos de raza e de vecindad, unir espiritualmente las dos naciones por intercambio de cultura: ese es el pensamiento, el unico y leal pensamiento español. Ponga el ilustre general Moraes al servicio de esta

«santa causa su decedida voluntad y su poderoso talento; contribuya con su prestigio a deshacer leyendas olvidadas, y habrá hecho un gran bien para el provenir de la patria portuguesa y de la patria española».

Antes de responder ao nobre apelo, que nos dirige o nosso presado camarada e confrade na vida jornalística técnica, seja-nos lícito consignar a grande satisfação, que tivémos, ao desvendar o incógnito, que nos encobria o brilhante crítico que, nas colunas do *Imparcial*, acompanha dia a dia os acontecimentos da guerra actual, revelando simultâneamente intensa cultura profissional e notável sagacidade de espírito.

Em plena maturação da vida, pois apenas conta 54 anos, dos quais cêrca de 40 passados na actividade do serviço militar, as condecorações que ostenta, quási todas obtidas nas campanhas de Cuba e de Marrocos, dar-nos-iam a medida dos méritos do general Bermudez de Castro, se mais alto do que élas não falasse o facto de duas vezes haver sido promovido por distinção: uma, ao posto de major, e a outra ao de coronel, mas ambas por serviços de campanha, da primeira vez em Cuba, e depois em Arzila, na zona marroquina de Larache. Curial se torna, portanto, que tanto se distinga como crítico militar, quem na guerra teve ocasião de solidificar a sua larga cultura militar, já anteriormente revelada na obra *Tropas de montanha*, que não conhecemos, mas sabemos haver motivado a concessão, feita ao autor, de uma das cruzes brancas pensionadas do Mérito militar, que ostenta ao peito.

Quanto ao apelo que nos dirige o distinto general, só temos que lhe retorquir, com a lealdade que ambos temos caprichado em manter nesta agradável palestra, que mais vantajosamente éle seria empregado, quando endereçado aos seus próprios compatriotas. Os portugueses, de há muito, estamos convencidos das vantagens, que nos redundariam de uma perfeita harmonia entre as duas nações ibéricas, se os factos nos não revelássem haver na Espanha uma parte importante da sua população, que aspira a uma perfeita unidade peninsular.

Que isto não é uma falsa preocupação patriótica, poderia ser demonstrado com uma longa série de testemunhos, cuidadosamente coligidos por quem escreve estas linhas, e que não estão muito longe de alcance da sua mão, no momento em que elas são lançadas ao papel. Mas, não queremos que o nosso in-

tento, no presente momento, possa ser desvirtuado, escrevendo qualquer asserção que pudesse melindrar a quem tão generosamente pugnou pelo bom nome das tropas portuguezas, no momento em que o procedimento destas foi injustamente apreciado.

A já confessada consideração, que nos merece o sr. general Bermudez de Castro, leva-nos a recordar-lhe, porém, que não vão tão longe os factos ocorridos em Madrid, recentemente revelados pelo *Seculo*, e que uma parte da imprensa espanhola registou, sem protesto, nem tão pequeno éco teve o famoso discurso do sr. Marques Mella, depois largamente reproduzido sob o significativo título *El Ideal de España*, que possam ser justamente taxadas de *leyendas olvidadas* as preocupações dos sinceros patriotas portuguezes.

Que haja grande número de espanhois, entre os quais toma distinto logar o nosso presado camarada, que nutrem a convicção de que qualquer tentativa de realização da unidade ibérica seria antes prejudicial do que vantajosa ao seu país, é facto que não temos dúvida em reconhecer. Mas tudo o que vai ocorrendo em Espanha, dêsde agosto de 1914, igualmente comprova que a política internacional seguida pela Alemanha, tem não menor número de prosélitos no reino vizinho, e esta orientação de modo algum nos pode ser favorável.

Será um tema, que oportunamente teremos ocasião de demonstrar, se para isso nos chegar a vida, que a mais importante das causas que tem impedido a falta de harmonia entre as duas nações peninsulares tem sido a disparidade do seu modo de vêr em política internacional. Emquanto Portugal se tem conservado centenariamente fiel à aliança inglesa, a Espanha é acusada pelos seus mais nobres filhos de haver erradamente praticado, dêsde Trafalgar, o mais completo isolamento internacional, até ao governo pessoal de D. Afonso XII, em que a aproximação da Alemanha foi tão evidente, que deu causa a factos, que seria agora inoportuno remomorar. Mais tarde, o gabinete, a que presidia o finado estadista Moret, promoveu uma aproximação da Inglaterra, selada em Cartagena pelos soberanos das duas potencias interessadas, e que quasi todos os partidos aplaudiram, mas que os acontecimentos de Marrocos prejudicou gravemente. Se essa orientação tivesse sido mantida em toda a sua pujança, teria ella contribuído para firmar a—

Harmonía Ibérica — melhor do que nenhuma propaganda de qualquer outra natureza.

Temos, arreigada a crença de que o problema internacional não tem sido devidamente considerado sob êste aspecto pelos nossos vizinhos, mas nunca a ousadia nos chegaria para pretender dar lições em casa alheia, muito especialmente quando se trata de uma nação, como a Espanha, que justamente se orgulha de possuir estadistas não menos notáveis do que aquêles que regem os destinos das grandes potências.

Tal é o nosso sentir no assunto para o qual tão gentilmente foi chamada a nossa atenção no período do *Imparcial* antecipadamente reproduzido.

General MORAES SARMENTO.

CRÓNICA DO EXÉRCITO ESPANHOL

— A base 8.^a trata da *hierarquia militar*.

Os postos hierarquicos dos officiaes são: capitão general, tenente-general, general de divisão, general de brigada, coronel, tenente-coronel, comandante, capitão, tenente e alferes.

No corpo de estado maior o gráu mais inferior é o de capitão.

Os capitães-generais não terão limites de idade, sendo sempre considerados no activo.

— Os postos hierarquicos nas *classes de tropa* são:

Sub-official, sargento e cabo, sendo suprimido o posto de brigadas.

Em cada companhia, esquadrão ou bateria haverá um sub-official, auxiliar do comando; e em cada regimento, um sub-official, desempenhando as funções de sub-ajudante do regimento.

— *Promoções de officiaes*.

A promoção até coronel é por rigorosa antiguidade, devendo previamente os officiaes ser declarados aptos para a promoção por uma Comissão especial de promoções, que deverá observar as *Instruções* que para esse fim serão publicadas.

Para ser promovido a qualquer posto torna-se indispensavel ter 3 anos de comando de tropas, ou ter desempenhado os serviços técnicos próprios da especialidade, sendo um deles, pelo menos, desempenhado quando o official esteja já no terço superior da escala, e ter comprovada aptidão fisica.

Para um coronel ser declarado apto para a promoção a general de brigada é preciso: estar no terço superior da escala; ter exercido como coronel durante 3 anos o comando efectivo de tropas, ou os serviços técnicos da especialidade com boas informações; ter manifesta aptidão fisica; e, contar pelo menos 20 anos de serviço efectivo.

Os generais de brigada e divisão para serem promovidos

ao posto immediato devem estar no terço superior da escala, ter 2 anos de serviço no posto, e a aptido física necessária.

A promoção a general de brigada, a general de divisão e a tenente-general será por *escolha*.

Os coroneis e generais que sejam preteridos na promoção por escolha por outros mais modernos, terão de passar ao quadro da reserva, logo que o número de promoções exceda 10 a 25 % da sua escala.

A *base 9.^a* trata da *passagem ao quadro da reserva*.

Para facilitar a passagem à reserva das diferentes armas e serviços, que assim o requeiram, dentro de seis mezes apoz a publicação desta lei, são concedidos vários benefícios, tais como:

1.^o — Passam ao quadro da reserva no posto de general de brigada, os coroneis com 40 anos de serviço, tendo 4 anos de posto com serviços de campanha e a placa de S. Hermenegildo, ou tendo 40 anos de official e dois de posto;

2.^o — Os coroneis com 40 anos de serviço e mais 2 de posto, e estando na posse da mesma placa, passam ao quadro da reserva com o soldo por inteiro;

3.^o — Os tenentes-coroneis, majores e capitães com mais de 6 anos de posto, e com a mesma placa, passam à reserva com os vencimentos do posto immediato e conforme o seu tempo de serviço;

4.^o — Igual benefício disfrutarão os que, tendo a mesma placa, contem 2 anos de posto e 35 de serviço;

5.^o — Todos os officiais que desejem passar ao quadro da reserva com os vencimentos fixados pela legislação vigente serão dispensados dos 2 anos de posto.

As vacaturas resultantes pela passagem aos quadros da reserva em virtude desta lei serão preenchidas 50 % por promoção e 50 % para amortisação dos officiais que excederem os quadros.

É fixado o número de *ajudantes de campo* que podem ter os generais, desde um (para os generais de brigada e de divisão) até 4 (para o ministro da guerra), sendo suprimidos os *officiais às ordens*.

Os generais propõem os officiais para seus ajudantes, de-

vendo porém ter pelo menos 2 anos de serviço na arma e estarem na metade superior da escala.

— Ocupa-se ainda esta *base* dos *voluntarios de um ano*.

As circunstâncias em que é criado o voluntariado de um ano vem realizar uma medida de largo alcance democratico, pois acabam com os voluntarios de quota militar, visto não se exigir aos novos voluntarios nem a quota, nem o pagamento de vestuário e equipamento, dando-se-lhes pelo contrário os vencimentos correspondentes aos postos que forem adquirindo. Estes voluntarios podem alistar-se desde os 18 anos, sendo dispensados dos serviços mecânicos.

Podem ser admitidos até 4 em cada companhia, esquadrão ou bateria.

Em cada corpo uma instrução especial ser-lhes-à ministrada por um official. Estes voluntarios serão promovidos a cabos no fim de 3 mezes, mediante um exame, e serão sucessivamente promovidos a sargentos e a sub-officiais, se forem aprovados nos exames respectivos, sendo licenceados no fim do ano de serviço. No ano immediato são convocados para servir 2 mezes como sub-officiais. No 3.º ano são convocados por igual periodo, desempenhando as funções de subalterno, e fazendo no fim deste tempo de serviço o exame de official de complemento perante um júri constituido pelos officiais superiores do corpo e capitães, sendo depois propostos ao ministério da guerra para a promoção a alferes. Durante todo o tempo de serviço activo estes officiais continuam a pertencer às unidades em que serviram, e por onde serão mobilizados, passando sucessivamente à reserva e à reserva territorial nas mesmas condições dos homens da sua classe.

Terminada a obrigação legal do tempo de serviço, podem continuar no serviço, quando o requeiram, mas até aos 45 anos de idade, sendo então definitivamente licenceados, mas conservando as honras e o direito a usar do uniforme, mas tão sómente em actos officiais.

São preferidos para a classe de voluntarios de um ano nos regimentos de artilharia os alunos das escolas especiais de pontes, das escolas indústriais, de agronomia e minas. Para os regimentos de sapadores são preferidos os alunos de arquitetura, os engenheiros de estradas, pontes e canais.

Para o regimento de telegrafistas e centro electro-tecnico e

companhia de T. S. F. são preferidos os individuos do corpo civil de telegrafos.

Os individuos sujeitos ao serviço militar e estando nas companhias de caminho de ferro podem ser nomeados officiaes de complemento das tropas de caminho de ferro, se tiverem as aptidões e desempenharem as funções compativeis com o posto de official.

Os recrutas que tenham terminado o seu curso de medicina, farmacia ou veterinária serão encorporados nas respectivas tropas de saude, onde praticam 3 mezes, no fim dos quais são promovidos a cabos, entrando então na academia de saude militar, onde seguem um curso pratico de 6 mezes, no fim dos quais vão para os hospitais militares, farmácias ou laboratórios, e os veterinários para os corpos de artelharia ou cavalaria, até completarem um anno de serviço, sendo no fim deste tempo promovidos a officiaes de complemento da sua especialidade.

Os officiaes de complemento serão convocados periodicamente para exercícos e grandes manobras, tendo então os mesmos vencimentos que os officiaes do activo de igual graduação, podendo sucessivamente ascender até ao posto de capitão, em que terminam a sua carreira.

— *Limites de idade.* São fixados novos limites de idade para os officiaes, sendo de: 70 anos para os tenentes-generais, de 66 para os generais de divisão e de 64 para os generais de brigada. Todos estes generais pssam ao *quadro de reserva*, onde se conservam 2 anos, no fim dos quais passam à situação de *retirado*.

Emquanto pertencem à reserva podem os generais fazer parte do Conselho superior de guerra e marinha, do Corpo de invalidos e juntas e comissões com character consultivo.

Os limites de idade para os demais officiaes são :

62 anos para os coroneis, 60 para os tenentes-coroneis e maiores, 56 para os capitães e 51 para os subalternos.

Estes limites são aumentados de 2 anos para todos os officiaes dos corpos de intendencia, intervenção, saude militar e juridico. Os subalternos ao atingirem o limite de idade passam directamente à situação de *retirados*.

Os officiaes que tenham sido condenados por um tribunal de honra ou por sentença de um tribunal militar são *separados do serviço*, deixando de pertencer ao exército.

Os oficiais que fiquem excedendo os quadros e sejam passados à situação de *disponibilidade* recebem os seus vencimentos por completo.

— *Quadro do estado maior general.* — É fixado desta forma o quadro do generalato:

| | Armas | Intend. ^{as} | Serv. saúde | Corpo jur. ^o | Interv. |
|---------------------------|-------|-----------------------|-------------|-------------------------|---------|
| Tenentes-generais | 20 | | | | |
| Generais de divisão . . . | 36 | 3 | 3 | 3 | 1 |
| Generais de brigada . . . | 107 | 7 | 8 | 3 | 4 |

— Para a promoção se estabelece a seguinte proporcionalidade.

| | |
|---|----|
| Para a arma de infantaria | 51 |
| " " " " cavalaria | 13 |
| " " " " artelharía | 18 |
| " " " " engenharia | 10 |
| " " " do corpo do estado maior | 10 |

— *Disposições acerca dos oficiais inferiores.*

A promoção de sargento a sub-official é por antiguidade, devendo aquele ter, pelo menos 6 anos de posto e boas informações.

Os sargentos e sub-officiais depois de completarem 25 anos de serviço tem direito à reforma nas seguintes condições:

| | Sargentos | Sub-officiais |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Com 25 anos de serviço | 60 % do vencimento | 60 % do vencimento |
| » 26 » » » | 70 % » » | 67,5 % » » |
| » 27 » » » | 80 % » » | 75 % » » |
| » 28 » » » | 90 % » » | 82,5 % » » |
| » 28 » » » e 8 de posto | 100 % » » | 100 % » » |
| Com 29 anos de serviço | | 90 % » » |

Os *limites de idade* são de 48 anos para os sargentos e de 51 para os sub-officiais.

As viúvas e filhos dos sargentos e sub-officiais tem direito a uma *pensão*, que será respectivamente igual à que compete

aos alferes e tenentes, desde o momento em que os falecidos tenham 12 anos de serviço efectivo.

Para facilitar a promoção a oficial da escala activa às praças de pré com mais de 3 anos de serviço é-lhes ministrada nas unidades a preparação necessária para que possam concorrer ao exame de admissão às diferentes academias, devendo ser-lhes abonado o subsidio necessário para fazer face às despesas a fazer nas mesmas academias.

As praças que sejam promovidas a oficiais nestas circunstâncias são obrigadas a servir por um praso minimo de 6 anos.

— A *base 10.^a* trata das *recompensas* em tempo de paz e em campanha. Só são pensionadas as cruces de S. Fernando e S. Hermenegildo. Todas as outras são exclusivamente honoríficas. Esta base enumera as condições a satisfazer para a concessão das diferentes condecorações e as pensões a conceder aos que forem agraciados com as cruces das duas ordens acima referidas.

— A *base 11.^a* fixa os *vencimentos* dos oficiais e os *quadros* das diversas armas e serviços.

Os *vencimentos* são os seguintes:

| | | | | |
|-------------------------|--------|---------|-----|-----|
| Capitão-general..... | 30.000 | pesetas | por | ano |
| Tenente-general..... | 25.000 | " | " | " |
| General de divisão..... | 20.000 | " | " | " |
| General de brigada..... | 15.000 | " | " | " |
| Goronel..... | 10.000 | " | " | " |
| Tenente-coronel..... | 8.000 | " | " | " |
| Comandante (major)..... | 6.500 | " | " | " |
| Capitão..... | 4.500 | " | " | " |
| Tenente..... | 3.000 | " | " | " |
| Alferes..... | 2.500 | " | " | " |

Além dos vencimentos é concedida uma gratificação anual de 500 pesetas por diuturnidade de serviço por cada periodo de 5 anos.

Ha ainda as gratificações de comando, de equipamento, de remonta, etc.

As comissões de serviço fóra da residencia do oficial dão

direito a um *subsídio* diário de 20 pesetas para os generais, de 15 para os oficiais superiores e de 10 para os capitães e subalternos.

Aos sargentos, brigadas e sub-officiais é-lhes concedido um *subsídio* extraordinário de 30% dos seus vencimentos em harmonia com a lei de 14 de Dezembro de 1912.

— Os *quadros* dos oficiais das diferentes armas e serviços são os seguintes:

| Armas e serviços | Coroneis | Tenentes-coroneis | Comandantes | Capitães | | Subalternos | | Total geral |
|------------------------------------|----------|-------------------|-------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|-------------|
| | | | | Escala activa | Escala de reserva | Escala activa | Escala de reserva | |
| Alabardeiros..... | 3 | 3 | 4 | 3 | — | 24 | — | 37 |
| Estado maior..... | 19 | 60 | 99 | 75 | — | — | — | 253 |
| Infantaria..... | 173 | 428 | 695 | 1.770 | 590 | 2.007 | 1.187 | 6.859 |
| Cavalaria..... | 55 | 48 | 193 | 305 | 70 | 423 | 142 | 1.236 |
| Artelharía..... | 71 | 116 | 317 | 725 | 80 | 657 | 406 | 2.372 |
| Engenharia..... | 33 | 81 | 116 | 229 | 36 | 266 | 129 | 890 |
| Intendencia..... | 22 | 71 | 104 | 178 | 8 | 224 | 8 | 615 |
| Serviços sanitários { Medicos..... | 21 | 61 | 126 | 306 | 17 | 136 | 43 | 710 |
| { Farmaceuticos..... | 4 | 15 | 26 | 51 | — | 41 | — | 137 |
| { Veterinários..... | 2 | 9 | 15 | 89 | — | 119 | — | 234 |
| Corpo juridico..... | 9 | 15 | 17 | 20 | — | 11 | — | 72 |
| Clero castrense..... | 1 | 10 | 14 | 77 | — | 81 | — | 183 |
| Secretariado militar..... | 4 | 7 | 28 | 85 | — | 174 | — | 298 |
| Brigada topográfica do E. M. | — | — | 1 | 6 | — | 12 | — | 19 |
| Total..... | 417 | 924 | 1.755 | 3.919 | 810 | 4.175 | 1.915 | 13 915 |

— A *base 12.^a* trata da reforma do *conselho superior de guerra e marinha*, base que foi ultimamente introduzida no projecto.

— As *despesas derivadas da nova organização*.

Para tornar efectiva a reorganização apresentada ao parlamento era o projecto de lei acompanhado de um orçamento provisorio das despesas, que ascendem a 1.306.524.644 pesetas.

Esta soma não é dispendida por uma só vez, devendo-se em primeiro logar fazer a aquisição do material necessário para as diversas unidades e serviços no pé de paz; depois será adquirido o material necessário para elevar o exército de 1.^a

linha ao pé de guerra; em seguida o armamento para as tropas de reserva; e por fim, o material e reserva de armamento. Portanto, a aquisição do material e armamento far-se-à escalonadamente em 4 periodos.

—As munições de artilharia foram calculadas de modo que a artilharia ligeira de campanha tenha uma dotação inicial de 3.000 projecteis por peça, a artilharia pesada de campanha 1.000 projecteis, a artilharia de posição também 1.000 projecteis; e que a infantaria tenha uma dotação de 1.000 cartuchos por espingarda e 100.000 por metralhadora.

A dotação em espingardas será de 2 por combatente, havendo uma reserva de metralhadoras igual às distribuidas às unidades.

—O material para o pé de paz será adquirido num praso de 5 anos, e o restante dentro de 10 a 12 anos.

Ao exército de 1.^a linha com 16 divisões dever-se-hão juntar mais 16 divisões de reserva, sendo o exército de campanha constituido por 32 divisões.

—O material de guerra e de aquartelamento para o exército de 1.^a linha:

| | |
|--|----------------------|
| no pé de paz é orçado em..... | 640.858.752 pesetas; |
| para passar ao pé de guerra..... | 122.636.104 " |
| para o exército de reserva..... | 103.587.600 " |
| para reservas de armamento..... | 78.100.000 " |
| para material de explosivos..... | 3.000.000 " |
| já tinham sido incluídos em orçamentos anteriores..... | 358.342.188 " |

| | |
|------------|-----------------|
| Total..... | 1.306.524.644 " |
|------------|-----------------|

| | |
|---|---------------------|
| Para a compra de artilharia pesada de posição são destinadas..... | 10.120.000 pesetas; |
|---|---------------------|

| | |
|---|--------------|
| Para a compra de artilharia pesada de campanha..... | 55.440.000 " |
|---|--------------|

| | |
|--|--------------|
| Para a compra de material de tracção mecânica..... | 22.220.000 " |
|--|--------------|

| | |
|---|---------------|
| Para construção de quartéis, hospitais, parques, etc..... | 231.491.690 " |
|---|---------------|

| | |
|------------------------------------|--------------|
| Para os serviços aeronauticos..... | 10.000.000 " |
|------------------------------------|--------------|

| | | |
|------------------------------------|-------------|-----------|
| Para material de intendencia..... | 21.266,700 | pesetas ; |
| Compra de metralhadoras..... | 3.590.000 | " |
| " " pistolas..... | 744.000 | " |
| " " baionetas..... | 434.500 | " |
| " " munições de artilharia.. | 148.675.000 | " |
| " " " para pistola... | 900.000 | " |
| Fardamento, equipamento..... | 110.208.082 | pesetas ; |
| Compra de gado..... | 25.768.780 | " |

— Para mobilisar o exército de 1.^a linha ter-se-à de adquirir :

| | | |
|--|-------------|-----------|
| Artilharia pesada de campanha na im- portancia de..... | 55.440.000 | pesetas ; |
| Artilharia ligeira de campanha na im- portancia de..... | 28.512.000 | " |
| Material de traccão mecânica para as colunas divisionárias..... | 12.320.000 | " |
| Material de intendencia..... | 26.364.104 | " |
| Metralhadoras..... | 7.680.000 | " |
| Pistolas..... | 930.000 | " |
| Baionetas..... | 850.000 | " |
| Munições de artilharia..... | 172.800.000 | " |
| " " espingarda..... | 56.025.000 | " |
| " " pistola..... | 1.125.000 | " |
| Fardamento, equipamento, material de guerra..... | 118.932.188 | " |

Para o exército de reserva :

| | | |
|-----------------|------------|-----------|
| Fardamento..... | 26.000.000 | pesetas ; |
| Armamento..... | 6.543.000 | " |
| Munições..... | 71.044.600 | " |

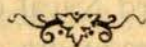
É preciso observar que o ministério, chamado da *união sagrada*, tinha o compromisso de fazer aprovar e pôr em execução a nova organização do exército em julho, e por isso a discussão nas duas casas do parlamento correu um pouco apressadamente.

É ainda para notar que no orçamento do ministério do fomento figuram verbas com fins militares, como são as desti-

nadas à construção de caminhos de ferro estratégicos, que entram nos 100 milhões de pesetas, que devem ser obtidos por meio de um empréstimo, como se propõe fazer-lo o ministro Cambó.

— Ainda devemos chamar a atenção para o aumento que já este ano tem a *força do exército e da marinha no pé de paz*, sendo a do exército de 190.228 homens, e a da marinha de 11.091 marinheiros e 4.190 soldados.

V. J. CESAR



Noticia historica do Almirantado inglês

(Continuado de pag. 427)

«Pelo mecanismo então criado, podiam ser tratados os mais complexos assuntos, os quais embora exigindo divisão de trabalho director, entrelaçavam-se por tal forma, em seu objectivo e execução prática, que aconselhávam amplos meios de discussão entre os chefes dos departamentos e unidade geral de direcção e de intervenção»¹.

As reformas de Graham foram executadas em 1832.

Assim continuou a funcionar o Almirantado, até 1868, época em que o 1.º Lord, M. Childers, transformou-o separando o *Controller* (denominação que substituiu à primitiva de *Surveyor*² do 1.º Lord Naval, para uní-lo ao 3.º Lord Naval.

Vejamos que vantagem resultou desta providência.

Sabemos que o 1.º Lord Naval é o verdadeiro responsável pela eficiência bélica da esquadra, pelo conselho dado ao 1.º Lord, sob o ponto de vista estratégico e tático. Por isso julgou M. Childers que, continuando este chefe como superior directo do construtor naval, não haveria meios suficientes de coibir o desperdício que resultaria da união íntima de ambos. Julgou mais acertado unir o construtor a um outro Almirante: o 3.º Lord. Êste de algum modo contrariaria a tendência ao exagero sempre manifestada por aquêles cujo dever por assim dizer exclusivo, é o prepáro da guerra sem cogitar dos recursos.

O Ministro constituiu-se em veículo obrigatório dos desejos do 1.º Lord Naval junto ao constructor, passando pela ponte do Conselho do Almirantado.

Em 1869, a Constituição do Almirantado foi, pois, a seguinte:
1.º Lord.

¹ Hamilton, pag. 24 e 23.

² Robinson, pag. 127.

1.º Lord Naval.

2.º Lord Naval.

3.º Lord Naval e *Controller*.

4.º Lord Naval.

Lord Civil ou Secretário Parlamentar e Financeiro.

Secretário Permanente (Chefe da Secretaríá).

M. Childers na sua reconstrução do Conselho do Almirantado, definiu de modo preciso e claro a sua posição, declarando competir-lhe a autoridade final e única sôbre todas as questões ¹.

Foi a primeira vez que oficialmente se registou tal facto.

Childers definiu ainda a responsabilidade de cada autoridade, tornando rígidas as separações entre elas; e *intencionalmente* enfraqueceu a necessidade das decisões em conselho, desprestigiando o Almirantado, para se tornar a autoridade única.

Historiadores há que criticam tal procedimento, com expressões como as que se seguem:

«O sistema anterior, adoptado por Graham, de fazer com que todos os assuntos fôsem trazidos perante o Conselho do Almirantado, foi praticado com as maiores vantagens, pois êle ouvia tudo o que podia ser dito pelas várias partes interessadas; e ninguem podia alegar que não sabia do que acontecia, ou que não tivera oportunidade de exprimir a sua opinião. Todas as questões de importância eram perfeitamente ventiladas e bem discutidas, antes que o 1.º Lord chegasse a formar uma opinião ou decidisse.

«A discussão sendo pública, não poderia haver denegação de uma opinião expressa, por qualquer membro do Conselho, porque grande número de testemunhas sustentaria as ideias expressas verbalmente».

«O sistema de M. Childers, era exactamente o oposto. Êle queria tornar-se acessível e a consequência disso, era que os membros do seu conselho entravam e saíam do seu gabinete constantemente».

Realmente, a vantagem mais positiva da discussão em comum, consiste principalmente na certeza que haverá de terem sido consultadas as autoridades interessadas. Isso não significa

¹ Hamilton, pag. 24.

que um Ministro, membro do Govêrno, deva ser obrigado a tratar perante todo o mundo, todos os assuntos. É natural mesmo, que o Govêrno hesite em tomar uma assembleia como sua confidente. O que se passava, porém, com M. Childers, era outra cousa. Êle fôra empolgado por um ilustre official, Spencer Robinson, o qual exercia a função de 3.º Lord (Controller); êste intervinha em assuntos do comando, de que resultava o desprestígio do 1.º Lord Naval. Cabia a este o dever de resignar a honra de uma posição cuja função lhe era roubada intencionalmente. Mas o caminho preferido foi justamente o oposto e essa autoridade continuou a auferir as vantagens do abrigo protector do Almirantado . . .

Em relação a Sir Robinson, declara John Briggs: «Pelo mal que fazia à marinha, Sir Spencer Robinson deveria resignar; mas eu nunca vi alguém resignar no Almirantado, e sim dizer que ia fazel-o . . .»

Mudado o First Lord, entrou a organização inglesa no seu caminho primitivo.

Este mecanismo de Govêrno tão antigo, tão caldeado com a experiência dos homens não poderia deixar de apresentar certas qualidades, embora não se eximindo de alguns defeitos. Sem duvida êle é um organismo em que se nota a divisão do trabalho e a coordenação do conjunto, obedecendo por este lado ao princípio fundamental de qualquer organização para administração. Compreendemos esse mecanismo de Govêrno, como um organismo, como um ser animado dotado de membros e dotado de um cérebro que é o 1.º Lord. As vantagens, porém, serão fictícias ou mesmo nulas se os membros desse organismo pretenderem todos assumir a função directora do cérebro. Consideramos pois impróprio e perigoso denominar *Conselho* a uma assembleia desta ordem.

Conselho é um agrupamento de indivíduos que fornecem a alguém ideias, que depois de debatidas são sujeitas a um escrutínio, a um apuramento de votos, e que vencem por maioria, não havendo entre os votantes especialização de competência, mas ao contrário possuindo todos conhecimentos solidos sôbre as ideias que se discutem. Numa junta constituída por especializações funcionais não pode haver votação sem um grave falseamento dos princípios. Nem nos consta haver, em rigor, escrutínio, no Almirantado Inglês. O Ministro exerce de facto a

autoridade suprema. O perigo consiste na possibilidade do enfraquecimento da vontade e do critério do ministro e na substituição officiosa deste, pela agitação das ideas dos elementos heterogeneos que compõem o Board.

Bem sabemos que o verdadeiro espirito do Almirantado, é prestigiar o Ministro, mas julgamos que a fórmula deveria ser mais precisa, apesar da grande opposição que tem havido em consagral-a, por este modo.

Discordamos do solapamento do prestigio de uma autoridade que é responsavel perante a Nação.

Nenhum official de valor aceitaria sem repugnancia ser elevado à posição de ministro sob a tutela de uma escolta, sem o estimulo que os verdadeiros homens só encontram na coragem da própria responsabilidade. Os leigos, os civis encontram neste ninho, o conforto da competência técnica que por completo lhes falece.

Mas os ninhos não se fizeram para os militares que foram sempre educados na escola da energia e do desassombro.

O ponto fraco consiste na possibilidade de um pusilanime pretender o lugar onde irá descançar da agitação da politica, como a chama de uma vela descança no centro de um ciclone, porque em torno de si rugirá o ciclone das ideias e dos interesses desnorreados, soprando de todos os quadrantes e, como os próprios ventos, irresponsaveis pelos seus efeitos.

Concordamos, porém, com Hamilton, quando opina: «tem a vantagem de reunir em torno de uma mesma meza, todos os departamentos e que, sendo necessária uma acção rapida pode-se em poucos minutos conseguir o que em outros casos exigiria algumas horas . . .»

«Tende a um bom entendimento entre a cabeça directora e os subordinados. Reduz muita correspondência desnecessária».

Para nós, é uma boa ferramenta para a metodica execução da administração naval.

Transformal-a porém em braço ou cérebro e o ministro em ferramenta seria cooperar para a irresponsabilidade, entregando o Governo naval a um agrupamento heterogeneo de vozes dissonantes.

Outro defeito transparece nas paginas da história da referida instituição.

Sendo o Ministro um civil e este civil a unica autoridade

do Almirantado que comparece às reuniões do Gabinete, presidido pelo Primeiro Ministro, concluiremos que as questões de técnica profissional não são tratadas aí, como seria para de-sejar, nem despertarão na pessoa do Ministro aquele entusiasmo com que os técnicos advogam as suas ideias.

Observando esta circunstância, poderão os Almirantes entregar-se a uma indiferença acentuada, que é quasi sempre a consequência da desinteligencia entre subordinados e superiores, quando os primeiros se convencem de que as suas vozes não serão ouvidas ou transmitidas ao Conselho de Ministros, entregando-se à execução indifferente de funções burocráticas bem remuneradas, que o interesse aconselha conservar.

Poderia ser remediado este inconveniente se o 1.º Lord Naval apresentasse relatório official, sugerindo ou defendendo ideias, tornando-se o conselheiro técnico do Gabinete, em matéria naval, daí resultaria a vantagem de surgirem à publicidade as ideias desse conselheiro técnico naturalmente indicado.

A questão da qualidade de civil ou militar que possa ter o ministro volta forçosamente a despertar a nossa consideração.

O Ministro civil poderá ser um leigo: isto acontece até freqüentemente.

A politica necessitando satisfazer a um elemento que convem premiar com uma posição de destaque, e sciente da existência de uma máquina administrativa já em funcionamento, preenchendo os seus fins, reclamando apenas um condutor, um guarda, um lubrificador, a ela encostará gostosamente o elemento que precisa satisfazer, porque para a politica, a questão de eficiência naval é um problema do dominio do misticismo, muitas vezes, um princípio obscuro e nebuloso de metafisica transcendental.

(Continúa).

Quadro de Honra do Ultramar Português

Baixas na Africa Oriental desde 1914

Mortos por doença adquirida em serviço de campanha:

Regimento de Sapadores Mineiros:

Soldado n.º 250, da 2.^a companhia, Mário da Silva.
 » » 288, » 3.^a » Rafael Pereira da Silva.
 » » 320, » » José da Cruz.
 » » 103, » 5.^a » Joaquim Madaleno.
 » » 220, » 8.^a » José Maria de Oliveira.

Batalhão de telegrafistas de campanha:

Soldado n.º 466, da 4.^a companhia, José Manuel Pica Milho.

Companhia de telegrafistas de praça:

Soldado n.º 1:288, José Martíns.

Regimento de artilharia de montanha:

Primeiro cabo n.º 865, da 1.^a bateria, Joaquim Moreira Soares.
 Soldado n.º 930, da 1.^a bateria, Antonio Pinto.
 » » 377, » 2.^a » Manuel Barata.
 » » 504, » 6.^a » Manuel José.
 » » 574, » » José Gomes da Costa Junior.
 » » 669, » » Germano Ramos.
 » » 940, » » Alberto Amaral.

Regimento de obuzes de campanha:

Soldado n.º 256, da 5.^a bateria, Abilio Soares.

Regimento de cavalaria n.º 5:

Soldado n.º 466, do 3.º esquadrão, Francisco Ernesto.

Regimento de infantaria n.º 1:

Primeiro cabo n.º 352, da 7.^a companhia, Canuto de Sousa.

Regimento de infantaria n.º 6:

Soldado n.º 359, da 9.^a companhia, Manuel Pereira de Sousa.
 » » 474, » 11.^a » Augusto Ferreira Nunes.
 » » 318, » 12.^a » Antonio Rodrigues Cristo.

Regimento de infantaria n.º 19:

Primeiro cabo n.º 433, da 12.^a companhia, Antonio José Pires.

Regimento de infantaria n.º 21:

Soldado n.º 207, da 11.^a companhia, José Robalo.

Regimento de infantaria n.º 23:

Soldado n.º 589, da 9.^a companhia, Francisco da Costa.

» « 597, » » » Manuel Coelho.

» « 608, » » » João Lopes da Silva.

» « 619, » » » Manuel Borges Loureiro.

» « 679, » » » José Duarte.

Primeiro cabo, n.º 464, da 10.^a companhia, Augusto Damásio Santos.

Corneteiro n.º 524, da 10.^a companhia, João Caetano.

Soldado n.º 372, da 10.^a companhia, José Rodrigues Martinho.

» « 520, » » » Carlos Maria Belo.

» « 532, » » » Avelino Barata.

» « 434, » 11.^a » Hermínio Ramos.

» « 470, » » » Francisco Gomes Marques.

» « 477, » » » José Máximo Alcobia.

» « 488, » » » Estevão José.

» « 512, » » » Antonio Gonçalves.

» « 465, » 12.^a » João Monteiro Silva.

Regimento de infantaria n.º 24:

Soldado n.º 720, da 9.^a companhia, Manuel Centeio.

» « 483, » 10.^a » Luís de Matos.

» « 443, » 11.^a » Oscar de Oliveira.

» « 59, » 12.^a » Antonio José de Almeida.

» « 513, » » » Manuel Antonio.

Regimento de infantaria n.º 28:

Primeiro cabo n.º 595, da 9.^a companhia, Antonio Sousa Maia.

Soldado n.º 206, da 9.^a companhia, Silvino de Almeida.

» « 510, » 10.^a » Domingos Fontes de Oliveira.

» « 410, » 11.^a » Antonio Fonseca de Lemos.

» « 489, » » » Ernesto Pinto Nunes.

» « 494, » » » Albino Teixeira.

» « 496, » » » Horacio Moreira da Silva.

» « 458, » 12.^a » Manuel Moreira.

» « 469, » » » Domingos Ribeiro da Silva.

» « 471, » » » José Pacheco.

» « 486, » » » Antonio da Silva.

» « 495, » » » Manuel Ferreira da Cruz.

Regimento de infantaria n.º 29:

Corneteiro n.º 465, da 9.^a companhia, Inácio Simões.

Soldado n.º 471, da 9.^a companhia, Silvério Brandão.

| | | | |
|---------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|
| Soldado n.º 502, | da 9.ª | companhia, | Manuel Joaquim Gomes. |
| » » 514, | » » | » | Artur Avelino de Oliveira. |
| » » 551, | » » | » | Gaspar José de Andrade. |
| » » 602, | » » | » | Américo Gonçalves. |
| » » 712, | » » | » | Manuel de Oliveira. |
| » » 736, | » » | » | Antonio Fernandes. |
| » » 412, | » 10.ª | » | Joaquim Costa. |
| » » 414, | » » | » | Alberto da Silva Couto. |
| » » 548, | » » | » | Custodio Pedroso. |
| » » 560, | » » | » | Manuel Botelho. |
| » » 574, | » » | » | Antonio Ribeiro. |
| » » 629, | » » | » | João Gonçalves. |
| Primeiro cabo n.º 122, | da 11.ª | companhia, | Antonio Pereira Nobre. |
| Soldado n.º 158, | da 11.ª | companhia, | Avelino Antonio da Silva. |
| » » 504, | » » | » | Abilio de Sousa. |
| » » 675, | » » | » | Domingos Ribeiro da Mota. |
| Segundo sargento n.º 589, | da 12.ª | companhia, | José Antonio de Freitas. |
| Soldado n.º 545, | da 12.ª | companhia, | José da Costa. |
| » » 585, | » » | » | Firmino Gonçalves. |
| » » 604, | » » | » | Antonio Luís Figueiredo. |
| » » 297, | da unidade de depósito, | João Afonso Rodrigues. | |
| » » 345, | » » | » | Antonio Gaspar. |

Regimento de infantaria n.º 30 :

| | | | |
|------------------|--------|------------|-----------------------------|
| Soldado n.º 415, | da 9.ª | companhia, | Antonio Jacinto Monteiro. |
| » » 330, | » 10.ª | » | Manuel de Jesus. |
| » » 445, | » » | » | Joaquim Ribeiro. |
| » » 327, | » 11.ª | » | Joaquim Antonio Corralo. |
| » » 397, | » » | » | Manuel Maria Lajes. |
| » » 403, | » » | » | Manuel José Joaquim Padrão. |
| » » 124, | » 12.ª | » | Joaquim dos Santos Pires. |
| » » 352, | » » | » | Alvaro José Ferreira. |
| » » 376, | » » | » | Antonio José Durão. |

Regimento de infantaria n.º 31:

| | | | |
|------------------|--------|------------|------------------------|
| Soldado n.º 460, | da 2.ª | companhia, | Dario da Rocha. |
| » » 230, | » 3.ª | » | Antonio Pereira Rijão. |
| » » 452, | » » | » | Adriano Oliveira Melo. |
| » » 453, | » » | » | José Gomes Vieira. |
| » » 97, | » 10.ª | » | José André Gaspar. |
| » » 446, | » 11.ª | » | Antonio Borges. |
| » » 422, | » 12.ª | » | Antonio Pinto Ribeiro. |

1.º grupo de metralhadoras:

Soldado n.º 294, da 1.ª bateria, Manuel Rodrigues.

3.º grupo de metralhadoras:

Soldado n.º 78, da 3.ª bateria, Antonio Nunes Teixeira.

8.º grupo de metralhadoras:

Soldado n.º 242, da 1.ª bateria, José da Silva.

Gubãrnição de Moçambique:

Primeiro cabo n.º 271-E, da 36.ª companhia indigena de infantaria, Antonio Martinheira.

Primeiro cabo n.º 431-E, da 1.ª companhia de depósito e recrutamento, Alvaro Sebastião Gama.

Primeiro cabo n.º 2:888, da 5.ª companhia de depósito e recrutamento, Martinho Afonso Perre.

Contramestre de corneteiros n.º 1.506, da 11.ª companhia indigena de infantaria, Antonio da Costa Malicia.

Segundo cabo n.º 116-R, da 1.ª companhia europeia de infantaria, Julio Caetano Galharado Pacheco.

Contingente destinado a Macau:

Soldado n.º 1:240, Mário José de Freitas.

» » 1:316, Antonio da Rocha.

» » 1:320, Manuel José Rodrigues.

» » 1:321, Joaquim Barbosa.

» » 1:338, Antonio da Silva.

» » 1:347, Abel Marques.

» » 1:385, Joaquim Lopes.

» » 1:386, Antonio de Oliveira.

Civis:

André de Matos, serralheiro mecânico contratado.

Domingos Pais da Fonseca, carpinteiro contratado.

Francisco Afonso, capataz das construções telegráficas.

João Capaz Bom, capataz ao serviço da expedição.

José Pereira, segundo oficial dos correios de Moçambique, em serviço na expedição.

Tomás Ferreira Fortunato, correeiro do destacamento expedicionário.

Corpo expedicionario portuguez

ROL DE HONRA

Baixas em França

Mortos nas datas indicadas, por ferimentos em combate :

Regimento de Cavalaria n.º 11 :

Alferes João Batista, em 9 de Abril.

Regimento de Infantaria n.º 8 :

Soldado n.º 652 da 1.^a companhia, Manuel Dias Gomes, em 20 de Abril.

Por gases em combate :

Regimento de infantaria n.º 23 :

Soldado n.º 492 da 4.^a companhia, José Alves Panão, em 24 de Junho.

Batalhão de Artilharia de Costa :

2.º sargento n.º 596 da 7.^a companhia, Manuel Pedro Pinto, em 2 de Julho.

Soldado n.º 113, da 8.^a companhia, Augusto Ferreira Gamelas, em 27 de Junho.

Soldado n.º 301, da 1.^a companhia, Joaquim Pedro, em 27 de Junho.

» » 252, » » Antonio Cordeiro, idem.

» » 182, » 2.^a » Joaquim Segismundo, em 28 de Junho.

Soldado n.º 69, da 8.^a companhia, Antonio Pessoa, em 1 de Julho.

» » 220, » » João Lourenço Coelho, em 1 de Julho.

Clarim n.º 201, da 8.^a companhia, Manuel Lopes, em 30 de Junho.

Por desastre em serviço ;

Regimento de Infantaria n.º 7 :

Soldado n.º 349, da 2.^a companhia, Joaquim Gonçalves, em 20 de Maio.

Regimento de Infantaria n.º 21 :

Soldado n.º 207 da 6.^a companhia, Francisco Joaquim, em 14 de Junho.

Por ferimentos em combate :

Regimento de Artilharia n.º 2 :

Soldado n.º 309, da 3.ª bateria, Manuel da Silva, em 9 de Abril.

Por intoxicação por gases :

Batalhão de Artilharia de Guarnição :

Soldado n.º 435, da 6.ª companhia, Antonio Gomes Rezende, em 5 de Julho.

Por ferimentos em combate :

Batalhão de Artilharia de Guarnição :

Soldado n.º 425, da 3.ª companhia, Joaquim José Sobral, em 30 de Maio.

1.º Batalhão de Artilharia de Costa :

1.º cabo n.º 578, da 3.ª companhia, Joaquim José, em 30 de Maio.

» » 218, » » » Carlos Ferreira da Silva, em 1 de Junho.

2.º cabo n.º 265, da 3.ª companhia, Manuel Rodrigues Costeira, em 30 de Maio.

Soldado n.º 127, da 3.ª companhia, Miguel Luís, em 1 de Junho.

» » 261, » 6.ª » João Antonio, em 30 de Maio.

» » 225, » » » Bernardo Fernandes, em 1 de Junho.

» » 311, » 3.ª » João Batista, em 1 de Junho.

» » 349, » 6.ª » Antonio Francisco Mota, em 30 de Maio.

Soldado n.º 412, da 3.ª companhia, Inácio da Silva, em 30 de Maio.

1.º grupo de companhias de saúde :

1.º cabo n.º 396, da 7.ª companhia, Antonio da Costa, em 1 de Junho.

1.º Batalhão de Artilharia de Costa :

Soldado n.º 442, da 1.ª companhia, Antonio Valério, em 19 de Julho.

Mortos nas datas que se indicam, por intoxicação de gases em combate :

Batalhão de Pontoneiros :

Soldado n.º 421 da 2.ª companhia, Manuel Gomes Ferreira.

Por desastre em serviço :

Regimento de Infantaria n.º 35 :

Soldado n.º 489 da 1.ª companhia, Antonio da Costa, em 18 de Julho.

Por ferimentos em combate:

Batalhão de Artilharia de Guarnição:

Soldado n.º 311 da 3.ª companhia, Antonio Joaquim Alves, em 9 de Abril.

» » 276 » 2.ª » José Antunes, em 9 de Abril.

Regimento de Infantaria n.º 9:

Soldado n.º 502 da 1.ª companhia, José de S. Tiago, em 25 de Julho.

Regimento de Artilharia n.º 4:

Soldado n.º 32 da 1.ª bateria, Francisco Antonio Veríssimo, em 9 de Abril.

Batalhão de Artilharia de Guarnição:

Soldado n.º 311 da 3.ª companhia, Antonio Joaquim Alves, em 9 de Abril.

» » 260 » 4.ª » Antonio da Silva Quintã, em 28 de Julho.

1.º Batalhão de Artilharia de Costa:

2.º sargento n.º 522 da 1.ª companhia, Felicio Carapau, em 28 de Julho.

Regimento de Obuzes de Campanha:

Soldado n.º 33 da 5.ª bateria, Antonio Alves Marinho, em 1 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 7:

Soldado n.º 224 da 2.ª companhia, João Gomes Xavier, em 6 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 19:

1.º cabo n.º 401 da 2.ª companhia, Manuel José Mourão, em 6 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 24:

Soldado n.º 472 da 3.ª companhia, Rodrigo Rodrigues Martins, em 7 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 32:

Soldado n.º 130 da 2.ª companhia, Maximiano de Oliveira, em 6 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 34:

2.º sargento n.º 540 da 3.ª companhia, Joaquim da Cruz, em 7 de Agosto.

1.º cabo n.º 471 da 2.ª companhia, Anibal Martins Araujo, em 6 de Agosto.

Soldado n.º 345 da 1.ª companhia, José Maria Rodrigues, em 6 de Agosto.

» » 475 » 2.ª » João Pinto, em 6 de Agosto.

» » 376 » 3.ª » João dos Santos, em 6 de Agosto.

» » 226 » » » Henrique de Azevedo, em 6 de Agosto.

» » 157 » 2.ª » Arnaldo Capela, em 6 de Agosto.

» » 5 » 6.ª » João Martins, em 6 de Agosto.

» » 343 » 3.ª » Alberto Marques, em 6 de Agosto.

» » 384 » 6.ª » Amandio Pereira Lucas, em 6 de

Agosto.

Soldado n.º 315 da 2.^a companhia, Antonio Correia, em 6 de Agosto.
 » » 422 » » » Carlos dos Santos Gomes, em 6 de Agosto.

Soldado n.º 237 da 3.^a companhia, Tiago Fernandes, em 6 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 10:

Soldado n.º 551 da 1.^a companhia, Augusto Jesus Rego, em 6 de Agosto.

Regimento de Infantaria n.º 34:

Soldado n.º 192 da 2.^a companhia, José Pais, em 7 de Agosto.

» » 108 » » » Albino Ferreira Pires, em 7 de Agosto.

» » 387 » » » Adelino Fernandes, em 7 de Agosto.

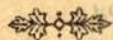
» » 338 » » » Antonio do Vale, em 8 de Agosto.

Por desastres em serviço ;

Batalhão de Pontoneiros :

1.º cabo n.º 473 da 2.^a companhia, Antonio Primo Charana, em 12 de Agosto.

(Continúa).



CRÓNICA MILITAR

Alemanha

O novo Aviatik D. F. W. — O novo «Aviatik» alemão tem as seguintes características: A velocidade a 2.000^m é de 154 km. à hora; a 3.000^m, é de 152 km.; peso total, 1.470 kg., sendo 33,5 de peso morto e 163 kg. dos 2 tripulantes que leva; 27 kg. de uma metralhadora Spandau e respectivas munições; 24 kg. de uma metralhadora Parabellum. Tem 6,73 de comprimento, 9^m,35 e 13^m,20 de envergadura. A superfície dos planos principais é de 42^m²,30, sendo o peso por metro quadrado de 34^{kg.},6; e o peso, com o máximo da carga, por cavalo é de 7^{kg.},4. Emprega um motor Benz de 223 H. P.

Pode elevar-se até 5.200 metros, e pode permanecer no ar a 3.000^m, e com a máxima velocidade, 3^h 30', incluindo a ascensão. (*Memorial de Ingenieros del Ejercito*).

Barco-pontão dobradiço para a cavalaria. — A cavalaria alemã faz uso de um pontão articulado formado de três partes: a *prôa*, com 1^m,68 de comprimento; o *centro*, com 3^m,14; e a *pôpa*, com 1^m,68. O comprimento total é, portanto de 6^m,50. A sua largura é de 1^m,50.

Cada uma das 3 partes é constituída por uma armadura articulada, de maneira que permite dobrar-se.

É forrado de uma dupla parede de tãla, de modo a haver entre as duas paredes uma camada de ar, sendo a tãla coberta de um verniz, que a torna impermeável. Emprega ainda a cavalaria alemã um outro tipo mais moderno, constituído por dois meios pontões, de 3^m,25 cada um. (*Memorial de Ingenieros*).

Os gazes asfixiantes. — Os alemães empregam como asfixiantes uma mistura de cloro, bromo, formol, anidrido sulfuroso, protoxido de azote e oxido de carboneo; mas é o cloro o gaz predominante. Para que este exerça uma acção toxica é necessário que se encontre no ar na proporção de 1:1000. Comtudo ainda se torna perigoso para as pessoas que estejam expostas à sua acção por tempo demorado, mesmo que entre na proporção de 1:100000. A mistura destes gazes precisa ter um certo grãu de concentração para ser mortal; mas se o vento é forte, o gaz dispersa-se, e a sua acção não se torna mortifera, e uma mudança na direcção do vento, pode fazer que os prejudicados sejam as pessoas que os arremessãram.

Os sintomas que apresentam os individuos atacados pelos gazes, são análogos aos que se manifestam nos individuos envenenados nas fábricas, onde

se desenvolvem emanações de cloro : produz-se primeiro um atordoamento e uma viva irritação nas mucosas, seguindo-se uma bronquite aguda, podendo até produzir-se vômitos de sangue, seguindo-se finalmente a morte pela suspensão do aparelho respiratório. (*Memorial de Ingenieros*).

Espanha

Aeronautica militar.—Foi aberto concurso para aspirantes a observadores de balões ou de aeroplanos e para pilotos, exigindo-se além das condições gerais consignadas na lei de recrutamento, e das exigidas aos candidatos à admissão nas academias militares, mais as seguintes :

- 1.^a—Não ter mais de 30 anos de idade os aspirantes a pilotos de aeroplano, e não ter mais de 35 os candidatos a pilotos de balão e os observadores para as duas espécies de aeronaves ;
- 2.^a—Não ter peso superior a 95 kg. ;
- 3.^a—Ter perfeita integridade anatómica e funcional dos aparelhos respiratório, circulatório e auditivo ;
- 4.^a—Ter capacidade normal respiratória nasal ;
- 5.^a—Ter agudeza vizual normal (V-1) medida pela escala de Wecker ;
- 6.^a—Ter em condições normais o sistema nervoso e suas reacções. (*Diário Oficial*, n.º 154 de 11 de julho de 1918).

As despesas com o exército.—Numa conferência feita há pouco em Barcelona, por D. Aurelio Ras, apontou o conferente o facto de em Espanha se ter gasto com o exército, de 1910 a 1914, a média anual de 204.776:669 pesetas, quando em igual período a média dos direitos pagos pela venda do tabaco tinha sido de 214.917:221 pesetas; isto é, a nação gasta mais com o vicio do fumo, de que com a manutenção do orgão, a que se confia a defeza da Patria!

Cães de guerra.—Em virtude dos variados e importantes serviços prestados pelos cães durante a guerra, e seguindo o exemplo do que se tem feito em quasi todos os países, o ministro da guerra de Espanha acaba de publicar as *Bases* para a organização de canís, destinados a criar, conservar e aperfeiçoar as diferentes raças de cães julgadas as mais próprias para o desempenho de diversos serviços junto das tropas combatentes na frente de batalha, nos serviços da zona da retaguarda e da zona do interior.

A provisão dos cães e a sua educação, e a instrução dos condutores ou guias, e tudo que se relacione com o seu emprego, fica no tempo de paz a cargo das «Sociedades dedicadas ao melhoramento das raças caninas do país».

O censo das diferentes raças caninas do país fica, porém, a cargo do serviço de estatística militar.

As referidas *Bases*, classificam os cães, segundo os serviços a prestar, em —*cães sanitarios*; *cães de sentinela* (acompanhando as sentinelas e patrulhas);

Cães para estabelecer ligações; *cães de tiro*: para os transportes de viveres, munições e de metralhadoras;

Cães de guarda (para guarda de prisioneiros, perseguição de ladrões, etc.); *cães para destruição de ratas*.

Ainda as mesmas *Bases* indicam as diferentes raças que melhor podem desempenhar os diversos serviços que acabamos de enumerar.

Na classificação das diferentes raças dever-se há seguir as normas já estabelecidas pela *Real Sociedade Central de Fomento das raças caninas de Espanha* e em harmonia com o que está fixado pela *Federação Cinológica Internacional*.

São estabelecidos dois prémios para os individuos que apresentem melhores exemplares das diversas raças caninas mais próprias para o serviço militar.

A organização que se vai pôr em execução é moldada na organização francesa, onde tem tomado tal desenvolvimento o emprego dos cães militares, que se criou junto do gabinete do ministério da guerra uma direcção especial só para tratar dêste serviço.

Estados Unidos

O corpo de sinaleiros no exército dos Estados Unidos.—Este corpo (*Signal Corps*) compreende:

50 batalhões de sinaleiros de campanha do exército regular;

50 batalhões de sinaleiros da Guarda Nacional;

100 batalhões do exército nacional;

50 batalhões de telegrafistas do exército regular;

150 batalhões de telegrafistas da Guarda Nacional e do exército nacional.

Ainda se considéram fazendo parte do mesmo corpo—as *esquadrilhas de aviadores*, contendo 3.900 oficiais e 82.000 praças de pré e as *esquadrilhas de aerostação* de balões cativos para os comandos das grandes unidades e para o serviço de observação junto da artilharia.

Uma secção de meteorologistas, encarregados das observações que interessam ao serviço aeronautico, está também adstrita ao corpo de sinaleiros.

Como se vê, o pessoal do corpo de sinaleiros constitui só por si, um verdadeiro exército. (*Memorial de Ingenieros del Ejercito*, agosto-1918).

O esforço americano.—O esforço feito pelos Estados Unidos no momento actual é o mais assombroso, que é possível imaginar. Resolvida a entrar na luta, a nação americana tem desenvolvido a maior actividade, e, pode dizer-se afoitamente, que é esta nação que pretende decidir a guerra.

Em todos os ramos da actividade humana se manifesta um febril labor. Para um exército de milhões de homens, são precisos milhões de toneladas de material, de viveres e de munições. E, para transportar à Europa tudo isto, que milhares de navios não são precisos! Para se realizar tais transportes, tem sido construídos numerosos estaleiros, onde se fabricam dia e noite navios. Em fins de 1917 tinham sido construídos 173 estaleiros, 72 dêstes eram destinados à construção de barcos de aço, 80 para barcos de madeira, e os restantes estão construindo barcos de cimento armado. Nos estaleiros estabelecidos próximos de Filadelfia, estavam-se construindo há pouco, simultaneamente 50 navios, em cujas construções se empregavam 30.000 operários.

No mês de abril de 1917, tinha o govêrno adquirido 366.392 solípedes de carga, 27.000 motocicletas, 25.874 sid-cars, 9.809 ambulâncias de motôr,

75.000 vagões para transporte de tropas. O govêrno tem adquirido ou fabricado 2.798.000 espingardas, 796.000 metralhadoras.

O fornecimento de carne tem sido colossal: 49:750.000 kg. de carne de porco, 67 milhões de quilos de carne de conserva em latas, tendo-se abatido 900.000 rezes e 1:200.000 porcos.

Nos diferentes campos de aviação tinham recebido instrução já 4.299 oficiais e 110.156 praças de pré.

Os americanos julgavam indispensável ter duma maneira permanente 5.000 aeroplanos no teatro da Europa ocidental; mas avaliando em 100 % as perdas de material em cada mês e de 40 % as do pessoal, consideraram necessários para cada ano de campanha 29.000 pilotos e 60.000 aeroplanos, dos quais serão 12.000 de caça, 18.000 de reconhecimento e 30.000 de bombardeamento. Estes últimos devem vir da América para a Europa voando, e para isso seguirão as 3 rotas: Terra Nova-Holanda (1.860 milhas), Nova York-Holanda (3.000 milhas) e Terra Nova-Açôres-Portugal (1.195 milhas).

Numerosos campos de instrução fôram organizados, destinados a receber cada um 40.000 homens, e com todos os alojamentos para os recrutas e instrutores, alojamento de solípedes e guarda do material. Cada campo de instrução tem as instalações higiênicas e de distração que hoje se encontram nas cidades civilizadas. As construções fôram todas de madeira e num período de 3 meses estâvam concluídas. A cobertura é de feltro asfaltado. Os pavilhões são de 2 andares com 45^m×15. Cada acampamento tem 1.600 pavilhões dêste tipo. Num dêstes acampamentos, o chamado «Lee» no estado de Virginia, nas proximidades da pequena cidade de Petersburg, a compra do terreno teve lugar em meiado de junho, e as construções estâvam terminadas em 1 de setembro (74 dias). Nas proximidades da mesma cidade foi construída uma enorme fábrica de munições, onde trabalham 20.000 operários, e cujas habitações deram lugar à povoação de Hopewell. As construções para esta fábrica fôram feitas com a maior rapidez, e para isso os arrematantes elevaram consideravelmente os preços aos operários, que afluíram ali em grande quantidade. No fim do primeiro mês havia já 11.000 operários. Era obrigatório trabalhar 8 horas por dia, mas permitia-se mais 2 horas de trabalho pelas quais se tinha um aumento de 50 % no preço da hora de trabalho.

No fornecimento de materiais houve grandes abuzos e falta de fiscalização, mas o govêrno não se preocupou com isso, pois para êle a questão principal era a rapidez da construção.

As despesas fôram quadruplas das que tinham sido orçamentadas. As obras terminaram 3 dias antes do prazo marcado. (*Memorial de Ingenieros*, julho-1918).

Tanks (carros d'assalto). O exêrcito americano emprega 2 tipos de tanks: um; destinado a operar em terrenos sem obstaculos; o outro, destinado a transpôr todos os obstaculos. Os tanks do primeiro tipo pezam 5.500 kg.; pezando o *chassis* 2.500 kg. A couraça resiste às balas de espingarda e do shrapnel. Tem duas tôrres giratórias, armadas com metralhadoras Benet-Mercier. A sua velocidade é de 46 km. à hora.

Os do 2.º tipo são análogos aos do modelo inglês e são montados sôbre caterpillar.

França

A aviação francesa nos campos de batalha. — Durante o mês de julho do corrente ano, os aviões franceses têm realizado os seguintes trabalhos, que dão a medida do valor do corpo de aviação daquele país.

De 1 a 15 de julho.—Efectuáram 11.325 saídas; tomáram parte em 432 combates, obtiveram 470 chapas fotográficas, 8.914 clichés, e 268 explorações de largo alcance. Lançáram 117.280 kg. de explosivos; derrubáram 19 aviões inimigos nas linhas francesas e 52 nas linhas inimigas, avariando 45 e incendiando 24 balões cativos.

De 16 a 31 de julho.—Efectuáram 21.618 saídas e tomáram parte em 1.233 combates; realizáram 579 missões fotográficas; tiráram 12.048 clichés; e fizeram 968 reconhecimentos de largo alcance; lançáram 373.100 kg. de explosivos. Derrubáram 36 aviões nas linhas francesas e 86 nas linhas inimigas. Efectuáram, pois, durante o mês—33.943 saídas, 1.665 combates, 1.049 missões fotográficas, 20.962 clichés, 1.236 reconhecimentos afastados; lançáram 490.380 kg. de explosivos; derrubáram 194 aviões e incendiáram 54 balões cativos. (*La Correspondencia de España*—19-agosto-1918).

Inglaterra

O serviço de aviação inglesa. — Desde 1 de julho de 1917 a 30 de junho de 1918, as tropas inglesas da frente ocidental destruíram 2.150 aeroplanos inimigos e obrigáram a descer sem govêrno 1.083. No mesmo período os hidro-aviões derrubáram 623 aeroplanos inimigos.

O exército inglês perdeu neste período 1.094 aviões, sendo 92 hidro-aviões. Na frente italiana as forças britânicas destruíram 165 aeroplanos e obrigáram a descer 6, tendo perdido 13. Na frente de Salonica, de janeiro a julho, destruíram 25 aeroplanos inimigos e obrigáram a descer 13. Perderam 4. De março a junho, no Egito e Palestina destruíram 22 aeroplanos e obrigáram a descer 15. Perderam 10. (*Agencia Radio*—14 de julho-1918).

DIVERSOS

A produção de aço e a nova liga para ferramentas e projecteis. — A produção do aço tem aumentado consideravelmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Espanha. No primeiro daquêles países a produção foi de 42 milhões de toneladas; no segundo foi de 15 milhões de toneladas; e no último foi de 500.000 toneladas para alimentar as 6 fábricas, que já possui.

Em Sagunto está-se procedendo à construção de fornos da *Companhia Siderurgica do Mediterraneo*, que procura obter uma laboração anual de 300.000 toneladas.

A produção do aço e a exploração de minas de carvão têm aumentado em Espanha, que procura obter os recursos para as suas necessidades futuras, visto que estas hão de aumentar pelo largo desenvolvimento que vão ter as indústrias militares.

Uma nova liga para *ferramentas de corte rapido*, tem sido ultimamente empregada nos Estados Unidos.

Essa liga é constituída por 30% de cobalto, 2% de vanadio, 3,5% de crómio, 12% de tungsteno, 0,35% de carvão e 52,15% de ferro.

No *fabrico de projecteis* está-se empregando hoje em larga escala a fundição acerada, que até se tem tambem aplicado ao fabrico de cilindros para motôres de automóveis.

A nova liga é constituída por: 1,90 a 2,25 % de silicio, 0,70 a 0,10 % de enxofre, 0,35 a 0,55 % de fosforo, 0,65 a 1 % de manganez, 10 a 20 % de aço e 57 % de ferro fundido.

No *latão para cartuchos* estão empregando 1 % de cadmio com 39 a 29 % de zinco e 60 a 70 % de cobre.

Não convém que o cadmio entre em proporção superior a 2 %, por que então já se torna prejudicial. (*Memorial de Artilharia*—julho de 1918).

II

PARTE MARITIMA

Portugal

A catástrofe do hidroplano Terrier n.º 5.—A tarde de 23 de agosto último foi assinalada por uma grande desgraça ocorrida no mar de Cascaes em que perderam a vida, no cumprimento do seu dever, o primeiro tenente piloto aviador, Eduardo Francisco de Azeredo e Vasconcelos e o 1.º grumete observador n.º 6:080 da 3.ª brigada, Joaquim Antonio de Passos Ferreira.

O hidroplano Terrier n.º 5, que voava a umas 12 milhas a oeste do Cabo da Roca, segundo informação da canôa de pesca *Leonor*, que trouxe o cadáver do desditoso official, foi encontrado no mar, tendo-se depois afundado o aparelho levando consigo o cadáver do grumete observador acima referido.

Antes da terrível catástrofe, tinha o malgrado official prestado com o seu aparelho, socorro ao hidroplano D. D. 2, tripulado pelo 2.º tenente Santos Moreira que, em consequência de uma avaria no motôr, foi obrigado a amarrar em circunstâncias bem críticas, devido ao mau estado do mar. O tenente Azeredo, vendo o perigo que corriam os seus camaradas, debatendo-se com as vagas, correu no seu aparelho a Cascais a prevenir os barcos patrulhas, seguindo logo um caça-minas em socorro do D. D. 2, que veio rebocado para Cascais, acompanhando-o o tenente Azeredo, até o deixar na doka de Belem. Voltou depois para o mar a cumprir a sua missão, dando-se então o terrível desastre.

Era o tenente Azeredo um official muito inteligente, arrojado e dotado de grande energia que, por certo, teria diante de si um brilhante futuro como official da marinha de guerra. Filho de um illustre marinheiro que soube conquistar um lugar de destaque na Corporação da Armada, o contra-almirante Antonio Azeredo e Vasconcelos, possuía o malgrado official, qualidades para poder prestar à nossa marinha de guerra, os valiosos serviços e manter o nome digno e honrado de seu pai. Não o quiz o Destino, pois abraçou com grande força de vontade e dedicação a carreira da aviação marítima, logo que éla foi criada em Portugal, nada havendo que o pudésse demover do seu intento; parecia que, nessa fatal tarde de 23 de agosto, tudo se conjurava para a desgraça que extinguiu a vida ao infeliz official e ao desditoso marinheiro que o acompanhou.

Que descansem em paz esses valerosos marinheiros que, a despeito dos perigos, intempéries e contrariedades de toda a espécie, soubéram manter as brilhantes tradições do nome Português e mais uma ocasião afirmáram perante o País, o quanto Ele pode contar com o valôr e espírito de abnegação dos seus soldados e marinheiros.

Alemanha

Transportes de tropas afundados. — Segundo informações da imprensa inglesa, os submersíveis alemães afundáram 39 transportes de tropas desde fevereiro a junho do corrente ano. Os maiores afundados em 1918, fôram, um paquete de 10:000 toneladas no Mediterrâneo em 23 de janeiro, o vapôr inglês *Minnetonka*, de 15:528 toneladas, em 30 de março e o francês, *Sant' Anna*, de 9:300 toneladas, em 11 de maio.

(*Riv. Mar. Italiana*).

Adopção de periscópios de maior comprimento. — Em consequência do perigo de abaloamento pelos caça-submersíveis, resolveram os alemães aumentar o comprimento dos periscópios dos seus submersíveis, chegando a atingir 10 metros nas últimas unidades. Fica a torre em ponto mais vulnerável, mas a sua destruição, embora grave, não acarreta a perda do submersível em virtude da porta-estanque especial que separa a torre do resto do casco. A necessidade de recolher um tão comprido periscópio, conduziu a criar no casco um posto de recolhimento que desce até à quilha.

(*Riv. Mar. Italiana*).

Brasil

Utilização dos navios alemães internados. — O govêrno brasileiro está transformando os navios alemães *Posen* e *Alrich*, em cruzadores auxiliares para a marinha de guerra; vão ter os nomes de *Belmonte* e *Parnahiba*. Requisitou alguns oficiais do corpo de engenheiros construtores navais dos Estados Unidos para coadjuvarem nos estaleiros brasileiros as reparações dos navios alemães internados e requisitados.

(*Riv. Mar. Italiana*)

Inglaterra

Navios construídos durante a guerra. — Segundo uma notícia da *Rivista Maritima Italiana*, a Inglaterra tem construído durante a guerra os seguintes navios: 6 grandes couraçados; 8 cruzadôres de batalha; 35 mônitores; 4 cruzadôres protegidos; 86 pequenos cruzadôres (Sloops); 31 canhoneiras; 184 caça-torpedeiros; 101 submersíveis; 60 caça-submersíveis e 550 vedetas com motôres de combustão interna.

As características dos couraçados (tipo Royal Sovereign) são: 176^m,8 de comprimento, 28^m de bôca, 8^m,2 de calado d'água, 25:650 toneladas de deslocamento, 31:000 caválos de fôrça das máquinas, imprimindo 21 milhas de marcha; aprovisionamento de combustível 4:000 toneladas de nafta. O armamento compõe-se de 8 peças de 381^{mm} em 4 torres, 16 de 152^{mm} em casamatas e 12 de 76^{mm} e 8 tubos lança torpedos de 533^{mm}.

As características dos cruzadôres de batalha *Repulse* e *Renown*, são:

Comprimento, 240^m; deslocamento, 30:000 toneladas; velocidade, 30 milhas; armamento, 6 peças de 381^{mm} em 3 torres no plano diametral, 12 de 152^{mm} e 4 de 76^{mm}. Os cruzadôres *Courageous* e *Furious* têm 240^m de comprimento e a velocidade de 35 milhas e o armamento mencionado para o *Repulse*. Do mesmo tipo são, o *Imperious*, *Glorious*, *Leopard* e o *Eagle*, muito recentemente lançado ao mar. Êstes poderosos barcos constituem uma esquadra e a êles fôram aplicados os ensinamentos da batalha de Jutlândia; são conhecidos popularmente pelos navios da classe *hush-hush* (silêncio, silêncio). A tonelagem dos monitôres é de 4:000 com 2 peças de 305^{mm}; 4:500 com 2 peças de 356^{mm}; e 5 a 6:000 com 2 peças de 381^{mm}.

Os caça-submersíveis são de tipo semelhante aos destroyers, mas com menos calado d'água; têm 70^m de comprimento; 200 toneladas de deslocamento 35 milhas de marcha e são armados com uma peça de 102^{mm}.

As 550 vedetas têm 25 metros de comprimento, andam 19 milhas e são armadas com uma peça de 76^{mm}.

Estados Unidos

Rapidez de construção de destroyers. — Foi concluído há pouco nos estaleiros de Mare Island Navy, California, o destroyer *Ward*, que levou 17 dias a construir, dêsde o assentamento da quilha até ser lançado à água, sendo de notar que, nesta ocasião, já estâvam executados 89 % do trabalho com todos os acessórios externos do casco no seu lugar, compartimentos estanques completos, mastros no seu lugar, pronto a receber máquinas e caldeiras. O *Ward* desloca 1:000 toneladas.

Outro destroyer, o *Tuckahoe*, construído num estaleiro particular, gastou 27 dias dêsde o início dos trabalhos até ao seu lançamento à água.

(*Scientific American*).

Caça-torpedeiros «Tarbell». — Foi lançado à água em Philadelphia, no dia 27 de maio último. Tem 97^m,6 de comprimento, 9^m,3 de bôca e 2^m,6 de pontal com um deslocamento de 1:200 toneladas. Tem dois hélices acionados por turbinas, calculando-se poder arrancar-se-lhe a velocidade de 40 milhas.

(*Riv. Mar. Italiana*).

Submersíveis nas costas da América do Norte. — Os submersíveis alemães iniciáram os seus *raids* nas costas americanas, a 2 de junho em que atacáram a tiro de artilharia, o paquete de passageiros *Carolina*, estando destruídos até 6 de junho, 12 navios. O *Carolina* foi afundado ao largo da costa de New Jersey, tendo desaparecido 30 pessoas. Entre os barcos afundados, uns com bombas, outros com tiros de artilharia, conta-se o transatlântico *Karpathian*, afundado com um torpedo a 100 milhas do Cabo Virgínia.

O Navy Department deu logo as necessárias providências com o fim de perseguir os submersíveis e proteger o comércio, fazendo vigiar os mares por numerosos caça-torpedeiros, draga-minas e aeroplanos.

Parece que o tipo de submersíveis que opéra nas costas da América é de 2:400 toneladas e 8:000 milhas de raio de acção, semelhante ao que operou nas águas dos Açôres e bombardeou Monrovia, capital da Libéria, em 10 de abril último.

Conta o capitão Gillmore que esteve prisioneiro a bordo dum submersível (o U. 151), que êste devia ter 90^m de comprimento e era armado com duas peças de 15^{cm} uma avante e outra à ré, tendo 76 homens de guarnição. Notou que a bordo se recebiam e transmitiam despachos radio-telegráficos e boletins de guerra (provavelmente do continente americano); êsse submersível podia imergir em 45 segundos. Segundo informação doutros marinheiros que estiveram prisioneiros a bordo dos submersíveis, notaram a presença de alguns alemães que prestaram serviço na marinha de guerra Norteamericana e conheciam, portanto, as costas dêsse país. Um dêles tinha servido como oficial inferior.

(*Riv. Mar. Italiana*).

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS

França

- 1 DELATRE (capitaine H.). *Le Blessé de guerre. Utilité des pièces d'origine. Traitements médicaux. Commissions de réforme. Allocations journalières et aux familles. Situations diverses.* (Pension, réforme n.º 1, réforme temporaire, service auxiliaire inaptes. Changements d'armes. Situations particulières aux sous-officiers; sous officier retraité, inapte, réformé). *Tarifs des pensions, des gratifications, de solde. Mode de payement des pensions, des gratifications, du traitement de la médaille militaire. Emplois réservés. Médaille militaire. Croix de guerre. Congés de convalescence. Permissions. Œuvres de convalescents. Admissions aux Invalides. Rééducations professionnelle. Ouvriers mobilisés. Pensions des veuves, orphelins. Tarifs. Secours immédiats. Avances. Disparus, etc., etc.*; Petit Manuel pratique destiné aux sous-officiers, caporaux et soldats ainsi qu'aux veuves et orphelins de la guerre. 28^e édition. Limoges, impr. et libr. Henry Charles Lavauzelle. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1917. In-16, 110 p. Cent. 76
- 2 ARMAN (R. d'). *Turpin et ses poudres.* Paris, impr. Ch. Renaudie; Editions et Libr., 40, rue de Seine. (S. M.) (5 octobre). In-8, 32 p. Cent. 50
- 3 HANOTAUX (G.) de l'Académie française. *Histoire illustrée de la guerre de 1914.* Fascicule 71 et 72. Paris, impr. G. Malherbe et C^{te}; l'Édition française illustrée (Gounouilhou, édit.), 30, rue de Provence. 1917. Deux fascicules in-4 à 2 col., de 24 p. de texte et d'illustrations N.º 71, p. 113 à 136; N.º 72, p. 137 à 160. Le fascicule, net Fr. 1
- 4 DELORME [professeur Edmond], médecin-inspecteur général de l'armée, ancien président du comité technique de santé, membre de l'Académie de médecine. *Chirurgie de guerre. Les fractures. Déplacements. Séquelles. Décalcifications. Raideur articulaires consécutives.* (Avec 55 planches et 304 figures). Paris, impr. et libr. L. Fournier, 264, boulevard Saint-Germain. 1917. (28 septembre). In-8, xii-300 p
- 5 RUE (L. C.), élève de l'École du service de santé militaire, médecin aide-major de deuxième classe, décoré de la croix de guerre. *La Diptérie aux armées en 1915-1916.* Thèse pour obtenir le grade de docteur en médecine. Lyon, impr.-édit. A. Rey, 4, rue Gentil. 1916. In-8, 83 p.

- 6 PALAT (général) Pierre Lehautcourt). *La Grande Guerre sur le front occidental: les Éléments du conflit*. Paris, impr. et libr. Marc Imhaus et René Chapelot. Nancy, même maison. 1917. (28 septembre). In-8, 286 p. Fr. 5
- 7 PERCIN (général). *La Guerre et l'Armée de demain*. Villeneuve-Saint-Georges (Seine-et-Oise), impr. l'Union typographique. Paris, libr. des sciences politiques et sociales Marcel Riviere et C^{te}, 31, rue Jacob, et 1, rue Saint-Benoit. 1917. In-8, 110 p. Fr. 1
- 8 POIBIER (J.). *L'Évolution de l'armée allemande de 1888 à 1913*. Paris, impr. et libr. L. Fournier, 264, boulevard Saint-Germain. 1914. (28 septembre 1917). In-18, 288 p.
- 9 *Règlement de manœuvre de l'artillerie à pied. Instruction provisoire sur le tir*. Approuvée par le ministre de la guerre, le 15 mai 1915. Mise à jour au 15 mai 1916, avec la feuille rectificative n.º 1. Limoges, impr. et libr. édit. Henri Charles-Lavauzelle. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1917. In-12, 145 p., avec fig. Fr. 1,50
- 10 WILLY BRETON (commandant), de l'armée belge. *Les Établissements d'artillerie belges pendant la guerre*. Avec 61 illustrations inédites hors texte. Préface de Emile Vandervelde, ministre d'Etat. Nancy. Paris, impr. libr. édit. Berger-Levrault. 1917. In-8, xvii-199 p. Fr. 6
- 11 FORTET (capitaine). *Mitrailleuse Maxim, à l'usage des élèves des centres d'instruction de mitrailleurs*. Avec 25 figures dans le texte. Limoges, impr. et libr. Henri Charles-Lavauzelle. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1917. In-12, 67 p. Fr. 1
- 12 *Mouvements et Transports. Organisation générale aux armées. I: Service de l'arrière aux armées*. Volume mis à jour à la date du 1^{er} septembre 1917. Limoges, impr. et libr. Henri Charles-Lavauzelle. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1917. In-8, 171 p. Fr. 2
- 13 SIMONIN (J.), médecin-inspecteur de l'armée. *De Verdun à Mannheim*. Ette et Gomery (22, 23 et 24 août 1914); Préface de M. l'abbé E. Wetterlé, ancien député au Reichstag. Paris, impr. Lahure; Pierre Vitet, édit., 60, rue Mazarine. 1917. (24 octobre) In-16, iv-322 p. Fr. 5
- 14 *Catalogue du fonds de la guerre*. Contribution à une bibliographie générale de la guerre de 1914. Fascicule 5. Septembre 1917. Mâcon, impr. Protat frères. Paris, éditions et librairie, 40, rue de Seine. 1917. In-8, p. 161 à 200 Fr. 5
- 15 TESTIS. *L'Expédition des Dardanelles, d'après les documents officiels anglais*. (Avec 11 cartes dans le texte) (2^e mille). Paris, impr. E. Durand; libr. Payot et C^{te}, 106, boulevard Saint-Germain. 1917. (8 novembre). In-16, 249 p. Fr. 3,56

Inglaterra

- 1 ARCHER (William). *The Pirate's Progress. A Short History of the U-Boat*. 8vo, swd., pp. 103. Chatto & W. net 6d
- 2 BASTAVALA (Dinoo S.). *Stray Thoughts of the War*. Cr. 8vo, pp. 59. Commercial P. (Bombay).
- 3 BLATCHFORD (Robert). *General von Sneak. A Little Study of the War*. Cr. 8vo, pp. 179. Hodder & S. net 2/6
- 4 BREX (Twells). *Adventures on the Home Front*. 18mo, swd., pp. 136. Methuen net 1/6
- 5 COLLINS (Major G. R. N.). *Military Organisation and Administration*. Cr. 8vo, pp. 443. Hugh Rees net 8/6
- 6 DAWSON (Coningsby). *The Glory of the Trenches*. Cr. 8vo, pp. 158. J. Lane net 3/6
- 7 *From Snotty to Sub*. By the Authors of «From Dartmouth to the Dardanelles». Cr. 8vo, pp. 153. Heinemann net 1/6

- 8 *German Pirate, The. His Methods and Record.* By «Ajax». Cr. 8vo, swd., pp. 120. *Pearson* net 6d
- 9 *Great War. The. From the Confucian Point of View, and Kindred Topics.* Being Lectures delivered during 1914-17 by Lim Boen Keng. With an introduction by A. W. Still. Cr. 8vo, pp. 115. *Straits Albion P.* (Singapore).
- 10 *Hunts for Adjutants in the Field.* By «Tallow». 18mo pp. 72. *Gale & P.* net 2/
- 11 JONES (Paul). *War Letters of a Public-School Boy.* With a Memoir by his Father. Harry Jones. 8vo, pp. 287. *Cassell* net 6/
- 12 *Nelson's History of the War.* By John Buchan. Vol. xix. The Spring Campaigns of 1917. Cr. 8vo, pp. 295. *Nelson* net 1/6
- 13 O'BRIEN (Lieut. Pat). *Outwitting the Hun.* My Escape from a German Prison Camp. Cr. 8vo, pp. 278. *W. Heinemann* net 6/
- 14 PARROTT (Sir Edward). *The Children's Story of the War.* The Last Five Months of the Year 1917. Vol. 8. Royal 8vo, pp. 384. *Nelson* net 4/6
- 15 *Pocket Manual of Military Law and Procedure.* Compiled by Major G. R. N. Collins. 4th impn. 18mo, pp. 82. *Hugh Rees* net 1/
- 16 ROBERTS (Major Charles G. D.). *Canada in Flandres.* Vol. 3. With a preface by Lord Beaverbrook. Cr. 8vo, pp. 158. *Hodder & S.* net 2/
- 17 RUFFIN (Henry) and Tudesq (André). *Brother Tommy.* The British Offensives on the Western Front. January to June, 1917. Trans. from the French. 8vo, swd., pp. 168. *T. F. Unwin* net 1/3
- 18 *Scout-Sniping «Periscope».* Cr. 8vo, swd., pp. 126. *Gale & P.* net 3/
- 19 SHAW (F. G.). *Our Peril by Sea, and the necessity of providing adequate air service escorts for the defence of our merchant shipping.* Cr. 8vo, pp. 27. *Author.*
- 20 *Shorth Flights With the Cloud Cavalry.* By «Spin». Cr. 8vo, pp. 218. *Hodder & S.* net 5/
- 21 TAIT (Capt. James). *Tait's Seamanship.* 10th edition. Cr. 8vo, pp. 164. *J. Brown* net 2/
- 22 *Times Documentary History of the War.* Vol. 5. Military—Part 1. Royal 8vo, pp. 524. *Times Office* net 21/
- 23 *Times History of the War.* The. Vol. xiv. Cr. 8vo, pp. 472. *The Times* net 12/6; 15/; 17/6

II — PERIÓDICOS

Portugal

- 1 *O Instituto*, n.º 7 de julho de 1918. El criterio fisiologico aplicado a los sucesos humanos. Questões de arte. Documentos sôbre várias indústrias portuguesas. O «Fausto» de Goethe.
- 2 *Revista de Historia*, n.º 26 de abril-junho de 1918. Estudos de literatura contemporânea. Os desafios do Duque João de Bourbon. Gil Vicente trovador, mestre da balança. Francisco José da Horta Osorio Machado, primeiro embaixador de Portugal na Russia. Factos e Notas. Bibliografia.

Brasil

- 1 *Boletim do Club Naval*, n.º 1 de junho de 1918. Nova Phase. O que deve ser a marinha mercante do Brazil. Conferencia (Direcção de fogo) Notas sobre a reconcentração dos acidos residuaes dos banhos sulfonitricos. Estrategica e Tactica—Jogo de Guerra—Esclarecimentos e cobertura—Discussão geral dos methodos. Applicaçãõ das formulas de Ingalls á escolha de uma nova polvora para canhão. Portos militares e bases de operações. Informações sociaes.

- 2 *Boletim mensal do Estado Maior do Exercito*, n.º 3 e 4 de março e abril de 1918. A França (hontem e hoje). As nitronaftalinas. Historia das fortificações do Brazil. Em prol da artilharia Pelo Brazil forte e são. Noticiario. Necrologia. Actos officiaes. Secção bibliografica.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia*, n.º 71 de maio de 1918. Circular numero 1:810. Conferencia (Concepto general sobre ministerio de guerra, estado mayor general y comandos superiores). Armamento de las baterias de costa. Atraves de la prensa extranjera. Bibliografia. En el ejército.

Cuba

- 1 *Boletim del Ejército*, n.º 28 de junho de 1918. Visita al frente aleman en Belgica. El sargento. La Infanteria en la gran guerra. Atrincheramientos. Etc.

Espanha

- 1 *La guerra y su preparacion*, n.º 6 de junho de 1918. La aerostacion en el ejército francés. Visita al taller de construcción de máscaras del grupo central de ejércitos, en Francia. Servicios de nueva creacion en el ejército de los Estados Unidos. Instrucciones oficiales para la protección contra los bombardeos aéreos en Inglaterra. Real ejército italiano — Alto mando. El Estado Mayor en el ejército del Brasil. Austria-Hungria — Notas sobre caballeria. — N.º 7 de julho. Una visita al ejército inglés. Instruccion provisional para el empleo y la manipulación de granadas de mano. Las enfermedades del corazón en la guerra actual. Ligera idea acerca de la organización militar del ejército griego. La Kaiserschlacht (batalla del Kaiser). Informacion gráfica de la guerra. La cuestion de las ametralladoras en los Estados Unidos.
- 2 *Memorial de caballeria*, n.º 26 de agosto de 1918. Municionamiento de las ametralladoras en Caballeria. Concurso de ganado en Jerez. Una zona pirenaica y unas consideraciones técnicas. El cuartel como valor educativo nacional. Cronica de la guerra. Revista de Revistas. Academia, regimientos y escuelas. Variedades. (Historia del casco). Noticias militares. Africa. (Bibliografia africana. Una necesidad y una aspiración). Deportes hipicos. Etc.
- 3 *Memorial de infanteria*, n.º 79 de agosto de 1918. La Academia militar de West Point. La voluntad. Un estudio sobre cuadros de clases de tropa y oficialidad de complemento. Por la pedagogia militar. La guerra en Marruecos. Colección de problemas tacticos del capitán Balédent. Las corbatas de San Fernando. Los cohetes luminosos y los artificios de guerra. Los enlaces aéreos por telegrafia sin hilos en el ejército aleman. La guerra europea. Noticias militares. Revista de Revistas. Bibliografia. Etc.

Italia

- 1 *Rivista di Artiglieria e Genio*, n.º de junho de 1918. Sulla funzione di forma della legge esplosiva nelle polveri colloidali. Calcolo rapido delle travi di cemento armato. Tabella per la correzione del tiro in sequito alle variazioni di densità dell'aria. Speciali tipo di parete funicolare indeformabile per l'irrigedimenti dei ponti sospesi. I cannoni tedeschi a lunghissima gittata che bombardano Parigi. Le condizioni meteorologiche e la guerra. Cassule detonanti a base di fosforo rosso. Notizie. Bibliografia.